



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

# Brasil, 2091: notas sobre a “política nacional de alfabetização”

Maria do Rosario Longo Mortatti<sup>1\*</sup>

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade Estadual Paulista, campus de Marília  
m.mortatti@unesp.br

## RESUMO

Com o objetivo de contribuir para o debate sobre a “Política Nacional de Alfabetização” (PNA), instituída em 11 de abril de 2019, apresentam-se reflexões sobre essa “política de Estado”, na perspectiva da história da alfabetização no Brasil. Com base na análise de principais aspectos da configuração textual de fontes documentais em que a PNA está sintetizada, propõe-se interpretar sua “politicidade intrínseca” por meio do entrecruzamento de ao menos três possibilidades de sentidos — como “querela dos métodos”, “guerra dos métodos/ cruzada ideológica” e um caso de “*sciencefare*” — relacionados entre si e com a disputa por hegemonia de um projeto político-ideológico neoliberal e ultraconservador em implementação no país.

**Palavras-chave:** “Política Nacional de Alfabetização”; História da alfabetização, Brasil.

## Brazil, 2091: notes on the “national literacy policy”

## ABSTRACT

In order to contribute to the debate on the “National Literacy Policy” (PNA), instituted in Brazil, on April 11, 2019, reflections on this “State Policy”, from the perspective of the history of Brazilian literacy, are presented. Based on the analysis of the main aspects of the textual configuration of documental sources in which the PNA is synthesized, it is proposed to interpret its “intrinsic politicity” through the intersection of at least three possibilities of meanings — such as “quarrel of methods”, “wars of methods”/“ideological crusade” and a case of “*sciencefare*” — related with each other and with the dispute for hegemony of a neoliberal and ultra-conservative political-ideological project under implementation in the country.

**Keywords:** “National Literacy Policy”; History of literacy; Brazil.

<sup>1</sup> Presidente Emérita da ABAIf - Associação Brasileira de Alfabetização. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil”. Professora Titular do Departamento de Didática e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus Marília.



Existem “verdades eternas”, indiscutíveis enquanto tais?

Nesse exame, convém não se deixar intimidar pelo metafísico. Em cada dez perguntas, ele responderá nove vezes que “Deus é uma verdade eterna!” Essa afirmação equivale à seguinte: “A eternidade é uma verdade eterna”. Em lógica, uma tal afirmação é chamada de círculo vicioso, de petição de princípio, ou ainda de “tautologia”. A repetição da mesma noção, com palavras um pouco diferentes, não traz nenhuma prova; somos convidados, sem que se nos diga, a “postular” a verdade dessa noção (LEFEBVRE, 1975, p. 91)

[...] me parece que o termo “evidência científica” é um oxímoro. [...] Está claro que não se pode considerar científico algo que é irrefutável, já que a possibilidade de ser refutado é uma característica essencial do fato científico e é na permanente busca de refutar o que se dá por verdade científica em um dado momento histórico que a ciência avança. Quanto ao fato de evidente ser o que é manifesto e visível, a Ciência justamente se dedica a descobrir o que está escondido pelas aparências do manifesto e visível. É assim que, mesmo correndo risco de vida, cientistas se dedicaram a refutar o fato evidente do sol caminhar pelo céu em volta da Terra. (PELLEGRINI FILHO, 2011).

Para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta. não é um problema estritamente linguístico nem exclusivamente pedagógico, metodológico, mas político, como a alfabetização por meio da qual se pretende superá-lo. Proclamar a sua neutralidade, ingênua ou astutamente, não afeta em nada a sua politicidade intrínseca. (FREIRE, 2001, p. 18)

## Introdução

No dia 11 de abril de 2019, por meio do Decreto n. 9765, foi instituída no Brasil a “Política Nacional de Alfabetização” (PNA). Com o objetivo de contribuir para o debate sobre essa “política de Estado”, anunciada como “marco na educação brasileira”, apresento reflexões<sup>2</sup> problematizadoras sobre sua “politicidade intrínseca”, na perspectiva da história da alfabetização no Brasil.

Como se sabe, a escolha de temas, objetos, fundamentação teórica e métodos de análise se relaciona com motivos e necessidades, que delimitam a formulação do problema e determinam as possibilidades e finalidades de interpretação/compreensão. Especialmente no caso do tema em pauta, é necessário admitir e explicitar desde logo essas delimitações e determinações, às quais se acrescentam os riscos da abordagem histórica do presente. Os principais (descartando-se, obviamente, o risco de vida) estão relacionados tanto com a proximidade temporal em relação ao objeto de análise quanto com a escassez de fontes documentais necessárias para a escrita da história e para a produção de conhecimento historiográfico, ambas as ações realizadas por sujeitos socio-históricos.

---

2 Essas reflexões dialogam com as de outros pesquisadores relativas ao método fônico, como as de Bajard (2006), Calil; Lopes; Felipeto (2006), e relativas, especificamente, à PNA, como as divulgadas pela ABAIf, pelo GT-LIBRAS da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística e no debate na FFLCH-USP, em 20/05/2019. Dialogam também com as contidas em outros textos meus, que citarei ou indicarei, quando necessário.



Maior do que os riscos, porém, é a responsabilidade de abordar historicamente o presente, na condição de sua contemporânea e partícipe, considerando a complexidade das relações com o passado e o futuro (do presente e do passado), sem interpretá-las nem como indicativas de sucessão/alternância de ciclos de apogeu e decadência, ou de trajetória linear de progresso em direção ao fim da evolução, nem como “eterno retorno”, “reino do acaso”, ou realização de “plano divino”. Assumindo uma concepção dialética da história, trata-se de considerar, como constitutivas da prática social e do conhecimento científico, as contradições e tensões relacionadas com a luta por hegemonia, utilizando esse conceito no sentido gramsciano de direção e domínio: “[...] uma classe é dominante em dois modos, isto é, ‘dirigente’ e ‘dominante’. É dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias. Portanto, uma classe desde antes de chegar ao poder pode ser ‘dirigente’ (e deve sê-lo); quando está no poder torna-se dominante, mas continua sendo também dirigente.” (Gramsci apud COSPITO, 2017, p. 366).

Desse ponto de vista, as reflexões que apresento aqui remetem e dão continuidade a pesquisas que venho desenvolvendo sobre história da alfabetização no Brasil, em especial a pesquisa matricial cujos resultados se encontram em Magnani (1997) e Mortatti (2000). O objetivo dessas pesquisas é contribuir para a compreensão do movimento dialético de constituição de sentidos para a alfabetização (escolar) — entendida como processo de ensino-aprendizagem da leitura e escrita na etapa de escolarização de crianças —, sem aderir à lógica argumentativa das fontes documentais, nem com elas disputar interpretações ou julgamentos de valor apriorísticos, nem, tampouco, buscar aparentar uma impossível “neutralidade” científica.

Em que consiste a PNA? O que contém e como está estruturada? Quais são os motivos e as finalidades que justificam sua formulação e apresentação, no contexto brasileiro atual, como “política de Estado” e “marco na educação brasileira”? Quem são os sujeitos institucionais/públicos e individuais/privados responsáveis por sua elaboração e implementação? A quem se destina? Qual é sua relação com as políticas públicas para alfabetização antecedentes/recentes/contemporâneas? Que sentidos se podem atribuir a essa política de alfabetização?

Essas são as principais questões norteadoras da análise da PNA, considerando o que se sabe/foi divulgado publicamente, até o momento de finalização deste texto<sup>3</sup>, como: documentos e informações oficiais disponíveis em canais do Governo Federal do Brasil; e mensagens, entrevistas e pronunciamentos de autoridades do Ministério da Educação (MEC), rotineiramente divulgados em redes sociais (como *Twitter*, *Facebook*) e em veículos de comunicação da mídia tradicional ou especializada, impressa ou disponível na Internet.<sup>4</sup>

3 Este texto foi finalizado entre o dia dedicado à memória dos mortos e o dia em que se comemoram 30 anos da queda do Muro de Berlim. Alguns acréscimos foram feitos posteriormente, acompanhando as diuturnas “novidades” do governo federal, sejam medidas institucionais sejam declarações do Presidente da República, muitas delas “falsas e imprecisas”, “ao menos uma a cada quatro dias”, de acordo com ferramenta ‘Bolsonômetro’, lançada em 06/11/2019, pela Folha de S. Paulo, “que reúne afirmações do Presidente checadas e contextualizadas”. “[...] foram separadas em 19 categorias, que vão desde saúde e educação até imprensa e questão indígena, passando por política externa e segurança pública, entre outras.” Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/bolsonaro-da-1-declaracao-falsa-ou-imprecisa-a-cada-4-dias-veja-o-bolsonometro.shtml>

4 Essas fontes documentais estão reunidas em extenso instrumento de pesquisa, que contém, ainda: dados biográficos de autoridades e especialistas envolvidos na PNA, bibliografia citada na PNA e matérias ou links para vídeos e sites disponíveis na Internet. Devido à extensão delimitada para este texto, não será possível apresentar informações detalhadas sobre pessoas e assuntos mencionados, excetuando-se as que, por serem imprescindíveis para a compreensão da sequência argumentativa, estão sintetizadas em notas de rodapé.



Como fontes para a análise, selecionei os seguintes documentos disponíveis no Portal MEC, nos quais se encontra síntese do que designo por “Política Nacional de Alfabetização” ou “PNA”:

1. Decreto nº 9.765, de 11/04/2019, que institui a PNA (BRASIL, 2019a);
2. *Política Nacional de Alfabetização* (“Caderno da PNA” ou “Guia explicativo da PNA”), lançado em 15/08/2019 e produzido pela Secretaria de Alfabetização (Sealf) do MEC (BRASIL, 2019b);
3. Portaria nº 1.460, de 15/08/2019, que institui a Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe) (BRASIL, 2019c);
4. Portaria nº 1.461, de 15/08/2019, que nomeia os 12 pesquisadores para compor o painel de especialistas da Conabe (BRASIL, 2019d).

Essas fontes documentais foram analisadas como textos — ou seja, materialização linguística de discursos —, buscando-se a unidade de sentido no conjunto de aspectos inter-relacionados que constituem sua configuração textual:

[...] opções temático-conteudísticas (o quê?) e estruturais-formais (como?), projetadas por determinado sujeito (quem?), que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?) e logrando determinado tipo de circulação, utilização e repercussão. (MORTATTI, 2000, p. 30)

Síntese dos principais resultados da análise da PNA, suas relações com a história da alfabetização (escolar) no Brasil e hipóteses interpretativas são apresentadas nos tópicos seguintes, compondo, com esta apresentação e as considerações inconclusivas finais, as reflexões problematizadoras em que também se encontram réplicas antecipadas às possíveis réplicas que eventualmente venham a ser apresentadas, por exemplo pelos autores da PNA e seus defensores (caso leiam este texto).

## 1. A “POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO”

### 1.1 O Decreto

Decreto nº 9.765, de 11/04/2019, assinado pelo Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e pelo Ministro de Estado da Educação, Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub<sup>5</sup>

5 O Ministro da Educação foi nomeado para o MEC, após a demissão de seu antecessor, Ricardo V. Rodriguez, em 08/11/2019. Ambos foram indicados por Olavo de Carvalho. Weintraub é: “Graduado em ciências econômicas pela Universidade de São Paulo desde 1994, tendo realizado seu MBA Executivo Internacional e o Mestrado em Administração (área de finanças) na Fundação Getúlio Vargas. [...] é professor da Universidade Federal de São Paulo. Executivo do mercado financeiro com mais de vinte anos de experiência, atuou como economista-chefe e diretor do Banco Votorantim e como sócio na Quest Investimentos. Foi integrante da equipe de transição do governo do presidente Bolsonaro e ocupou o cargo de secretário executivo da Casa Civil, sob o comando de Onyx Lorenzoni.”. Desde que assumiu o MEC, são muitas suas medidas contra a educação, pesquisadores e estudantes e as “controvérsias” que protagoniza, como: ofensas ao Presidente da França; erros gramaticais em texto oficial e erro no nome do escritor F. Kafka; utilização de técnicos do MEC para exclusão de informações em sua página na Wikipédia. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Abraham\\_Weintraub](https://pt.wikipedia.org/wiki/Abraham_Weintraub). Seu CV-Lattes não consta no site do CNPq.



(BRASIL, 2019a), contém sete capítulos, dos quais destaco as seguintes informações:

- *características e finalidades*: melhorar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo absoluto e funcional (Art. 1º.), por meio de implementação de programas e ações, com colaboração entre União, estados e municípios (adesão voluntária), sob coordenação do MEC e possibilidade de a União “prestar assistência técnica e financeira aos entes federativos” (Cap. VII);

- *conceitos*:

I - alfabetização - ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, a fim de que o alfabetizando se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão;

II - analfabetismo absoluto - condição daquele que não sabe ler nem escrever;

III - analfabetismo funcional - condição daquele que possui habilidades limitadas de leitura e de compreensão de texto;

IV - consciência fonêmica - conhecimento consciente das menores unidades fonológicas da fala e a habilidade de manipulá-las intencionalmente;

V - instrução fônica sistemática - ensino explícito e organizado das relações entre os grafemas da linguagem escrita e os fonemas da linguagem falada;

VI - fluência em leitura oral - capacidade de ler com precisão, velocidade e prosódia;

VII - literacia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita e sua prática produtiva;

VIII - literacia familiar - conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita, as quais a criança vivencia com seus pais ou cuidadores;

IX - literacia emergente - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita, desenvolvidos antes da alfabetização;

X - numeracia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a matemática; e

XI - educação não formal - designação dos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem fora dos sistemas regulares de ensino. (Art. 2º.)



- *princípios*: fundamentação em “evidências provenientes das ciências cognitivas”; com “ênfase no ensino dos seis componentes essenciais para a alfabetização: consciência fonêmica; instrução fônica sistemática; fluência em leitura oral; desenvolvimento de vocabulário; compreensão de textos; e produção de escrita”; com “adoção de referenciais de políticas públicas exitosas, nacionais e estrangeiras”; “aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática básica como instrumento de superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania”; “igualdade de oportunidades educacionais”; e “reconhecimento da família como um dos agentes do processo de alfabetização” (Art. 3º.);

- *objetivos*: “elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas”, “assegurar o direito à alfabetização a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País”; “impactar positivamente a aprendizagem no decorrer de toda a trajetória educacional”; e “promover o estudo, a divulgação e a aplicação do conhecimento científico sobre literacia, alfabetização e numeracia”. (Art. 4º.);

- *diretrizes*: “priorização da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental”; “incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente na educação infantil”; “participação das famílias no processo de alfabetização”; estímulo “à formação de uma educação literária”, por meio de integração “à prática cotidiana das famílias, escolas, bibliotecas e outras instituições educacionais”; “respeito e suporte às particularidades da alfabetização nas diferentes modalidades especializadas de educação”; “incentivo à identificação precoce de dificuldades de aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática, inclusive dos transtornos específicos de aprendizagem”; e “valorização do professor da educação infantil e do professor alfabetizador” (Art. 5º.);

- *público-alvo*: beneficiários prioritários: “crianças na primeira infância” e “alunos dos anos iniciais do ensino fundamental”; outros grupos: alunos da educação básica regular com “níveis insatisfatórios de alfabetização”, da educação de jovens e adultos e das modalidades especializadas de educação. (Art. 6º.);

- *agentes*: professores da educação infantil, de alfabetização, das diferentes modalidades especializadas de educação e da educação básica, gestores escolares e dirigentes de redes públicas de ensino; instituições de ensino; famílias; e “organizações da sociedade civil”. (Art. 7º.)

- *implementação*: “programas, ações e instrumentos que incluam”: “orientações curriculares e metas claras e objetivas para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental”; “desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos cientificamente fundamentados” para educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, alfabetização de jovens e adultos, “ações de capacitação de professores para o uso desses materiais na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental”; “recuperação e remediação para alunos que não tenham sido plenamente alfabetizados nos anos ini-





ciais do ensino fundamental ou que apresentem dificuldades de aprendizagem de leitura, escrita e matemática básica; “promoção de práticas de literacia familiar”; “produção e disseminação de sínteses de evidências científicas e de boas práticas de alfabetização, de literacia e de numeracia”; “estímulo” para que, nas etapas de “formação inicial e continuada de professores da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, sejam contemplados: ensino de ciências cognitivas e suas aplicações nos processos de ensino e de aprendizagem”; “ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e de metodologia de ensino de língua portuguesa e matemática”; “promoção de mecanismos de certificação de professores alfabetizadores e de livros e materiais didáticos de alfabetização e de matemática básica”; “difusão de recursos educacionais, preferencialmente com licenças autorais abertas, para ensino e aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática básica”; “incentivo à produção e à edição de livros de literatura para diferentes níveis de literacia” e “à formação de gestores educacionais para dar suporte adequado aos professores e alunos”; “incentivo à elaboração e à validação de instrumentos de avaliação e diagnóstico”. (Art. 8º.)

- *avaliação e monitoramento*: “avaliação de eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementados”; “incentivo à difusão tempestiva de análises devolutivas de avaliações externas e ao seu uso nos processos de ensino e de aprendizagem”; “desenvolvimento de indicadores para avaliar a eficácia escolar na alfabetização”; “desenvolvimento de indicadores de fluência em leitura oral e proficiência em escrita”; e “incentivo ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas para avaliar programas e ações desta Política.” (Art. 9º.)

## 1.2 O Caderno da PNA

O decreto é também apresentado e comentado didaticamente ao final do “Caderno da PNA” (BRASIL, 2019b, 54 p.), lançado em 15/08/2019. Essa é a denominação que consta no título do arquivo disponível no Portal MEC e a que utilizo para me referir ao documento no qual é apresentada detalhadamente dessa “política de Estado”. Esse documento tem sido denominado também “Guia explicativo da PNA” ou “Cartilha da PNA”, em manifestações públicas de autoridades do MEC e da Sealf ou em matérias jornalísticas.

Por meio da análise do Caderno, podem-se apreender as principais estratégias de persuasão relacionadas tanto com o objetivo explícito de didatização/transposição didática das “evidências científicas” — considerando a finalidade do “guia”/“cartilha”/“manual de instruções” em relação a público-alvo e agentes visados — quanto com os objetivos implícitos, de réplica silenciosa como confronto desqualificador em relação aos documentos de políticas similares de passado recente e ainda em curso, visando ao apagamento de sua memória. É o que se pode identificar em aspectos, como:

- palavras-chave indicadas na ficha catalográfica;
- na ficha técnica, nomes dos responsáveis pela publicação, entre os quais se encontram o do Ministro da Educação, do Secretário Executivo do MEC, do titular da Sealf, Carlos Francisco



Nadalim<sup>6</sup>, dos membros de sua equipe e dos 20 especialistas colaboradores (8 estrangeiros e 12 brasileiros)<sup>7</sup>, vinculados a universidades ou outras instituições públicas e privadas, com atuação predominante em áreas como ciências cognitivas, ciência cognitiva da leitura, psicologia cognitiva e neurociências (inclusive nos casos em que apresentam algum tipo de formação na área de educação ou linguística), caracterizando a imposição de aplicação à alfabetização no Brasil dos princípios do movimento “Educação Baseada em Evidências”, derivado do movimento “Medicina Baseada em Evidências”.

- “Nota” e “Apresentação”, assinadas, respectivamente, pelo Ministro da Educação e pelo Secretário de Alfabetização, que destacam aspectos da PNA, tais como: “marco na educação brasileira”, para mudar a realidade da alfabetização no Brasil, por meio da adoção de “um conjunto vigoroso de evidências” apresentado pela “valiosa contribuição das ciências cognitivas, especialmente da ciência cognitiva da leitura”, que, levada para as salas de aula, garantirá a qualidade e a eficácia da alfabetização e da educação no Brasil, a exemplo de experiências exitosas em outros países aos quais desejam se alinhar;

- informação sobre a elaboração do Caderno por um grupo de trabalho composto por representantes da Sealf e outras secretarias do MEC (Secretaria de Educação Básica, da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, da Secretaria Executiva), do Gabinete do Ministro, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

- tentativa do Secretário da Alfabetização de destacar a (insuficiente) “diversidade” dos “atores da sociedade” nesse grupo de trabalho, informando que foram ouvidos “diversos atores da sociedade”, embora informe apenas que foram realizadas “[...] audiências com representantes da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

---

6 Também indicado por O. Carvalho, Nadalim é: “formado em Direito e mestre em Educação, pela Universidade Estadual de Londrina, com especializações em História e Teorias da Arte e em Filosofia Moderna e Contemporânea. Foi professor em várias instituições de ensino de Londrina (PR), além de ter ministrado cursos online. No ensino superior, ministrou aulas nos cursos de Direito, Pedagogia, Música e Administração de Empresas. Já no ensino básico, foi coordenador-pedagógico de uma instituição de ensino em Londrina, e professor de pré-alfabetização e alfabetização, pelo site “Como Educar Seus Filhos”. É autor dos livros: *Maravilhamento* (Desvendário, 2018, com F. Capovilla, F. Marques e E. Marques); *Linha, agulha, costura: canção, brincadeira, leitura*” (Desdenvério, 2017, com F. Marques e E. Marques); e *As 5 etapas para alfabetizar seus filhos em casa – O guia definitivo*” (2015, Alcântara Cursos). Em 2018, recebeu o prêmio Darcy Ribeiro de Educação, concedido pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados”. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-alfabetizacao/o-secretario-sealf> Seu CV-Lattes não consta no site do CNPq. Outras informações sobre ele têm sido divulgadas na mídia, como: oposição militante às ideias de Paulo Freire; defesa da educação domiciliar e do método fônico para alfabetização, utilizado na pequena escola Mundo do Balão Mágico, em Londrina/PR, fundada por sua mãe e onde atuou como coordenador pedagógico. É cofundador (em 2013) do blog: “Como educar seus filhos”.

7 Os especialistas colaboradores da PNA são: Alessandra G. Seabra; Augusto Buchweitz; Catherine Snow; Cláudia Cardoso-Martins; Elizeu C. de Macedo; Fabrício B. Cardoso; Fernando C. Capovilla; Hakima Megherbi; Jean-Émile Gombert; Jerusa F. de Salles; João B. A. e Oliveira; Linnea Ehri; Luiz C. F. da Silva; Marcus V. M. Pereira; Maria Regina Maluf; Pamela A. Mason; Rhonda Bondie; Roger Beard; Thierry Rocher. (BRASIL 2019b). Importantes subsídios para ampliação da análise da PNA podem oferecer estudos sobre formação e atuação profissional desses sujeitos e das relações entre eles, por meio, por exemplo, de orientações acadêmicas, consultorias, vinculação a instituições, associações e redes de pesquisa, como a Rede Nacional de Ciência para Educação (Rede CpE), criada em 2014, por um grupo de pesquisadores, com o apoio inicial do Instituto Ayrton Senna.





(Undime), e convidando renomados pesquisadores da área de alfabetização para apresentarem suas contribuições [...]. (BRASIL 2019b)

O conteúdo é apresentado em três capítulos — “1. Contextualização” (p. 10-17); “2. Alfabetização, literacia e numeracia” (p. 18-37); “3. Política Nacional de Alfabetização” (p. 38-45) —, seguidos de “Referências” (85) (p. 46-49) e do Decreto n. 9765/2019)<sup>8</sup>.

O objetivo explícito de didatização/transposição didática por meio do conteúdo selecionado pode também ser constatado na diagramação/disposição gráfica do texto, com utilização de recursos variados, como imagens desenhadas, quadros, infográficos (que lembram os utilizados em livros didáticos), para facilitar o entendimento de conceitos e contribuir para a desejada persuasão.

Entre esses recursos está o destaque visual em abas nas laterais de páginas, utilizado para reforçar informações e argumentos apresentados no texto “principal”; nessas abas se apresentam, por exemplo, dados estatísticos resultantes de avaliações da alfabetização e citações, sob o título “O que dizem os especialistas”, selecionadas de textos dos autores estrangeiros e brasileiros citados na ficha técnica do Caderno, e cuja autoridade é enfatizada pela respectiva identificação institucional que acompanha a citação. Ressalvo, porém, que não são apresentadas as indicações de ano e página dos textos de onde foram extraídas as citações.

Como apontei, o conteúdo do Caderno expande o disposto no Decreto n. 9765, de 11/04/2019, com detalhamento da fundamentação científica e das implicações didáticas. Muitos aspectos desse detalhamento seletivo demandam explicitação e problematização, mas, considerando objetivos e limites deste texto, destaco apenas os referentes à contextualização histórica e aos conceitos centrais da PNA.

No capítulo “Contextualização”, são apresentados os “marcos históricos e normativos” da PNA e “um breve histórico dos relatórios sobre alfabetização no Brasil e no mundo”.

No quadro “Linha do tempo: marcos históricos e normativos” (p. 15), os marcos e respectivos aspectos destacados são: 1988 - Constituição Federal – “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”; 1988 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; 2001 - Plano Nacional de Educação (2001-2010); 2003 - Programa Brasil Alfabetizado (alfabetização de jovens, adultos e idosos); 2003 - relatório *Alfabetização Infantil: os novos caminhos*; 2011 - documento *Aprendizagem Infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva*; 2012 - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic); 2013 - Primeira edição da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA); 2014 – Aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) - (2014-2024); 2017 – Promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); 2018 – Criação do Programa Mais Alfabetização.

Os principais aspectos que chamam a atenção nessa “linha do tempo” são:

- a inclusão, em tom presunçoso, de dois documentos não normativos — o de 2003 e o de 2011, nos quais o método fônico é explicitamente defendido; esses documentos não foram adotados em políticas públicas brasileiras, nem contaram com ampla discussão de representantes de segmentos da sociedade, como educadores e pesquisadores; o primeiro (2003), foi “elaborado por um grupo de eminentes cientistas a pedido da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, conclui que as políticas e as práticas de alfabetização de crianças no Brasil, bem como os currículos de formação e capacitação de professores alfabetizadores não acompanharam a evolução científica e metodológica ocorrida em todo o mundo” (p. 15); e o segundo (2011),

<sup>8</sup> Sempre que se tratar de citação de trechos do Caderno da PNA, indicarei apenas a numeração das páginas.



“publicado pela Academia Brasileira de Ciências, corrobora a tese do relatório *Alfabetização Infantil: os novos caminhos* e traz novas evidências” (p. 15). Ressalto que, entre os que participaram desse grupo de trabalho (GT) constam os seguintes especialistas colaboradores da PNA<sup>9</sup>: João Batista de Oliveira (Presidente do GT)<sup>10</sup>, Fernando Cesar Capovilla<sup>11</sup>, Claudia Cardoso-Martins<sup>12</sup> (estes dois últimos também integrantes do “painel” da Conabe); Roger Beard (School of Education, University of Leeds - Inglaterra), Jean-Émile Gombert (Universidade de Rennes - França); e

- o “vácuo histórico” propositalmente “criado” pela inserção desses dois documentos, como marcos que não são normativos nem institucionais relativamente à alfabetização no Brasil.

A tentativa de apagamento por meio de silenciamento/ocultação de “marcos indesejáveis” em relação a políticas públicas incide também no conhecimento científico sobre o assunto, expondo critérios tendenciosos, e em nada científicos, para negar fatos do passado e tentar reescrever a história, desconsiderando ser também *científico* o conhecimento produzido no Brasil e no exterior com base em outras evidências também *científicas*, de outras matrizes teórico-epistemológicas diferentes das escolhidas como referência para a PNA.

9 Os demais membros desse grupo de trabalho são: M. J. Adams (Research Scientist, Soliloquy Learning - Estados Unidos); e J. Morais (Université Libre de Bruxelles - Bélgica). (BRASIL, 2003)

10 Oliveira é: “Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, mestrado em Psicologia - Tulane University e doutorado em Pesquisa Educacional - Florida State University. Atualmente é presidente do Instituto Alfa e Beto. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem, atuando principalmente no seguinte tema: alfabetização, fluência de leitura, ensino estruturado e gestão da educação.” Tem publicações em co-autoria com outro especialista da PNA, Luiz Carlos F. Silva. (Fonte CV-Lattes) No *site* do Instituto Millenium, tem-se, em acréscimo, as seguintes informações: “Foi secretário-executivo do MEC (1995) e idealizou o programa Acelera Brasil, que visa acelerar e corrigir o fluxo escolar com o apoio do Instituto Ayrton Senna. [...]. Já publicou dezenas de livros, entre eles: *A Pedagogia do sucesso* (Saraiva, 2001), e, pelo selo “Alfa Educativa”: *A Escola vista por dentro* (2002), *ABC do alfabetizador* (2005), *Reforma na educação: por onde começar?* (2006), *Usando textos na sala de aula: tipos e gêneros textuais* (2006), *Alfabetização de crianças e adultos: novos parâmetros* (2007). Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/author/joao-batista-oliveira/>

11 Capovilla é: “Psicólogo, Mestre em Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento pela Universidade de Brasília, Ph.D. em Psicologia Experimental pela Temple University of Philadelphia [...] Livre Docente em Neuropsicologia Clínica pela USP [...], Professor Titular do Instituto de Psicologia da USP [...]. Chefe do Laboratório de Neuropsicolinguística Cognitiva Experimental, do Laboratório de Tecnologia e Reabilitação Cognitiva e do Centro de Atendimento Clínico em Distúrbios de Comunicação e Linguagem do IPUSP. Coordenador nacional de inclusão e alfabetização do Programa de Avaliação Nacional do Desenvolvimento do Escolar Surdo Brasileiro [...] e do Sistema de Avaliação de Escolas de Surdos na Prova Brasil em Libras, no Observatório da Educação. Autor de mais de 60 livros e de 400 trabalhos científicos [...], e coautor de 200 sistemas especialistas de multimídia para diagnóstico, comunicação e reabilitação cognitiva em distúrbios neuromotores [...], neurolinguísticos [...] e neurossensoriais [...] Consultor de Secretarias de Educação em alfabetização e inclusão escolar.” Alguns livros: *Alfabetização fônica: construindo competência de leitura e escrita; Neuropsicologia e aprendizagem; Alfabetização: Método fônico; Novo dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Libras; Problemas de leitura e escrita: como identificar, prevenir e remediar numa abordagem fônica; Alfabetização fônica computadorizada; Prova de Consciência Sintática; Transtornos de aprendizagem; Teste de competência de leitura de palavras e pseudopalavras*. Tem publicações em coautoria com outros especialistas colaboradores e orientou tese de doutorado de dois deles: A. Capovilla e E. C. Macedo. (Fonte: CV-Lattes)

12 Cardoso-Martins é graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, com mestrado em Educação Especial e doutorado em Psicologia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. É professora titular do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, onde coordena o Laboratório de Estudos e Extensão em Autismo e Desenvolvimento (LEAD). Foi pesquisadora visitante do “Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies” (LLILAS) da Universidade do Texas. Tem publicações em coautoria com outros especialistas da PNA: Capovilla, Oliveira, Gombert, Beard, Ehri, Maluf e Navas. (Fonte: CV-Lattes)



Esse recurso é reforçado em muitos outros, nada científicos nem éticos, silenciamentos/ocultações, tais como: da expressão “método fônico”, que aparece no Caderno apenas uma vez e como “denegação”<sup>13</sup>; do “estado da arte das pesquisas sobre alfabetização, literacia e numeracia”, e não apenas das pesquisas em ciências cognitivas; de indicação correta/completa das fontes de citações; de indicação dos nomes dos tradutores brasileiros, quando necessário em textos referenciados ao final, e dos tradutores de trechos e termos de autores estrangeiros citados (em português).

Estes recursos são especialmente importantes, porque, como se sabe, além de induzir o leitor inexperiente a erros de compreensão, há substanciais diferenças (e mesmo divergências) semânticas e epistemológicas entre os termos “alfabetização” (Port.) e “*literacy*” (Ing.), “evidência” (Port.) e “*evidence*” (Ing.), não se podendo, em nome do rigor científico, simplesmente traduzir estes por aqueles, ou substituir “letramento” por “literacia”<sup>14</sup>. Pode-se inferir que a utilização desse tipo de recurso é intencional e visa apenas a tentar contornar as dificuldades decorrentes do pretendido apagamento das indelévels marcas de fundo, como as do “método fônico” em contraposição ao construtivismo, ao “método Paulo Freire” e ao conceito de letramento (conforme Magda Soares) e o consistente conhecimento produzido por pesquisadores brasileiros sobre esses assuntos. E, por extensão, visa a reforçar o desejo de alinhamento a políticas internacionais, como se pode constatar, entre outros, na justificativa para as vantagens da adoção do termo “literacia”, que é estranha, no mínimo, pois, como se sabe, a língua portuguesa não é utilizada na “terminologia científica consolidada internacionalmente” (predominantemente em Inglês, “língua franca”). Eis a justificativa: “É termo usado comumente em Portugal e em outros países lusófonos, equivalente a *literacy* do inglês e a *littératie* do francês. A opção por utilizá-lo traz diversas vantagens, pois é uma forma de alinhar-se à terminologia científica consolidada internacionalmente.” (p. 21)

Mesmo que possam, com atitude benevolente, ser justificados pelo caráter didático do Caderno, indicam incoerência com os abundantes postulados de cientificidade reiterados na PNA. Com boa-vontade científica e menos presunção, talvez pudessem ao menos ter sido feitas menções eticamente explícitas a autores de estudos científicos e políticas brasileiras e estrangeiras que os autores da PNA acusam de *não exitosas* e às quais contrapõem o (contra)discurso da “mudança de paradigma” decretada com a PNA.

Os recursos mencionados acima também compõem as estratégias de persuasão a respeito da cientificidade *exclusivamente* das “evidências científicas” das ciências cognitivas, especialmente a da leitura, e a correlação direta entre desejo de alinhamento ao “progresso científico e metodológico” “no mundo” e melhoria da qualidade e a eficácia da alfabetização no Brasil. É o que se pode constatar no tópico “1.3 Um breve histórico dos relatórios sobre a alfabetização no Brasil e no mundo”, em que são destacados quatro relatórios internacionais (majoritariamente em língua inglesa e de países do hemisfério Norte e ocidental), produzidos em 1967, 1998, 2000 e 2009, e dois relatórios brasileiros: o de 2003, já mencionado, e *Educação de qualidade: começando pelo começo* (2004), do governo do Estado do Ceará.

13 Trata-se da citação (sem indicação de fonte) de texto de Oliveira, destacada em aba lateral do Caderno da PNA: “De fato, o uso dos métodos fônicos, por si só, não irá resolver o problema da alfabetização. Outras evidências, igualmente vigorosas, devem ser levadas em conta pelas autoridades educacionais: um currículo nacional claro e consistente; estratégias e materiais didáticos adequados (p. 17)

14 A esse respeito, ver Soares (1988) e Mortatti (2004).



Ressalto que, diferentemente daqueles, os relatórios brasileiros foram produzidos por grupos restritos de políticos, pesquisadores e empresários da educação, alguns deles também especialistas colaboradores da PNA. Ressalto, ainda, que: ao menos três deles são autores de livros e material didático sobre o método fônico: o citado presidente do Instituto Alfa e Beto (IAB)<sup>15</sup>, autor, entre outros, de *ABC do alfabetizador* (2005), e F. Capovilla e A. S. Capovilla, autores, entre outros, de *Alfabetização: método fônico* (2000; e o programa cearense “[...] patrocina a participação de municípios em programas de alfabetização desenvolvidos por instituições públicas e privadas”, como o IAB, a Fundação Leman e o Instituto Ayrton Senna<sup>16</sup>.

Os conceitos-chave relativos à alfabetização, apresentados no Decreto de 11/04/2019, são retomados e didaticamente explicados no capítulo 2 “Alfabetização, literacia e numeracia”, do Caderno, evidenciando não apenas a reiteração do pretendido rigor técnico e científico, mas também o confronto com políticas anteriores silenciadas/ocultadas. Destaca-se, mais uma vez, a insistência em reafirmar que esses conceitos se baseiam especialmente “na ciência cognitiva da leitura” (p. 18), recorrendo-se a citações de textos de especialistas para reforçar, mais uma vez, que não se trata de “simples crença” (p. 28) “simples questão de opinião” (p. 26). Essas reiterações, por sua vez, vão explicitando redução ou priorização da alfabetização (ensino e aprendizagem da leitura (e escrita), apesar da repetição fática de “literacia” e “numeracia”, e explicitando outra indisfarçável confusão terminológica e conceitual, que se torna gritante na comparação entre: a escolha do termo “alfabetização” para nomear/designar e identificar a PNA, a ênfase (quantitativa) e a expansão majoritária dos conceitos relativos a ensino e aprendizagem de leitura e escrita (a que se referem: 9 dos 12 conceitos apresentados no Artigo 2 do Decreto, os seis princípios enfatizados no inciso IV, Art. 3º. Cap. II e a reiterada menção à ciência cognitiva da leitura); e o esforço pouco exitoso de contemplar em (des)igual proporção ensino e aprendizagem de “matemática básica” e numeracia.

A título de exemplificação, destaco algumas explicações sobre conceitos relativos a alfabetização, enfatizados no Caderno da PNA, por meio do textos de especialistas colaboradores:

- alfabetizar: “Do ponto de vista operacional, alfabetizar é: no primeiro ano do ensino fundamental, ensinar explicitamente o princípio alfabético e as regras de decodificação e de codificação que concretizam o princípio alfabético na variante escrita da língua (Luiz Carlos Faria da Silva<sup>17</sup>)” (p. 18)

---

15 O IAB desenvolve atividades educacionais por meio de parcerias com secretarias de educação e escolas, com ações que incidem em políticas educacionais, publicações, seminários e material didático, todos baseados em “evidências científicas”. O slogan é “Educação baseada em evidências é o nome do jogo”. Disponível em: <https://www.alfaebeto.org.br/sobre/>.

16 A Fundação Lemann foi criada em 2002 pelo empresário Jorge Paulo Lemann. A entidade é atuante na área da educação no Brasil, realizando ações voltadas a “inovação, gestão, políticas educacionais e formação de uma rede de jovens talentos”. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Fundação\\_Lemann](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fundação_Lemann). O Instituto Ayrton Senna foi criado pela família Senna em 1994 e é presidido pela empresária Vivianne Senna. Por meio de parcerias com secretarias de educação, “coloca à disposição das administrações públicas, gratuitamente, serviços de gestão do processo educacional que incluem diagnóstico e planejamento, formação de gestores e educadores, desenvolvimento de soluções pedagógicas e tecnológicas inovadoras”. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto\\_Ayrton\\_Senna](https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Ayrton_Senna).

17 Silva é “Doutor em Educação, professor da Universidade Estadual de Maringá e Membro *ad hoc* do Grupo de Estudos sobre Aprendizagem Infantil da Academia Brasileira de Ciências. É defensor do ensino domiciliar e autor do *e-book*, *As 5 etapas para alfabetizar seus filhos em casa*, “um guia completo e totalmente gratuito para introduzir seus filhos no universo da Alfabetização”, disponível no blog “Como educar seus filhos”.



- “como as crianças aprendem a ler e a escrever” (p. 26):

Os cientistas que estudam a instrução e aquisição da *literacia*<sup>18</sup> realizaram pesquisas que dão *respostas definitivas* a essas perguntas e descartam opiniões incorretas. Suas descobertas revelam que os leitores iniciantes, para serem bem-sucedidos, devem aprender de início como funciona o sistema alfabético de escrita (Linnea Ehri<sup>19</sup>). (p. 26, grifos meus)

As pesquisas em psicologia cognitiva e em neurociências nos permitem compreender os mecanismos cognitivos e neurobiológicos que entram em ação na aprendizagem. Esses conhecimentos são importantes, porque nos permitem distinguir o que é *simples crença* daquilo que são  *fatos cientificamente estabelecidos*. (Jean-Émile Gombert) (p. 28, grifos meus);

- “bom leitor”: “[...] é aquele que identifica palavras com precisão, fluência e velocidade, dentro e fora de textos (EHRI, 2014). O objetivo da leitura é a compreensão. Nós lemos para compreender, *mas ler não é compreender*.” (MORAIS, 2013<sup>20</sup>). (p. 28, grifo meu);

- “como ensinar as crianças a ler e a escrever de modo eficaz”: as “habilidades metalinguísticas” que se desenvolvem na família, creche, pré-escola contribuem para a aprendizagem da leitura e da escrita; a consciência fonológica é “considerada essencial” nesse processo, “pois facilita a compreensão do princípio alfabético” e dela “emerge a consciência fonêmica”(p. 30).

Com base no relatório *Developing Early Literacy* (2009), do *National Early Literacy Panel* (2009), são apresentadas, para as habilidades de literacia emergente na Educação Infantil, onze variáveis que “em conjunto predizem com consistência o desempenho posterior em leitura e escrita” (p. 31).

Em relação ao ensino fundamental, reitera-se ser “indispensável um ensino conforme as evidências científicas mais atuais” (p. 32) e a diretriz de alfabetizar no 1º ano, destacando-se que foi implementada com êxito no estado do Ceará (2005) e “não está em desacordo com a Base Nacional Comum Curricular”.

18 Este é um exemplo da confusão (intencional?) decorrente da tradução de “*literacy*” (no texto original em Inglês), por “literacia” (nessa tradução livre não explicitada como tal), ao que tudo indica, para substituir a palavra “letramento”, indesejada pelos autores da PNA, por motivos que aponte.

19 Ehri é assim apresentada no Caderno da PNA: “Professora Emérita de Psicologia Educacional da Universidade da Cidade de Nova Iorque. Participou do *National Reading Panel* encomendado pelo Congresso dos EUA para revisar pesquisas e identificar métodos eficazes de ensino de leitura.” (p. 26). Sobre esse Painel, constam as seguintes informações no Caderno sobre os “[...] cinco pilares para uma alfabetização de qualidade: a consciência fonêmica, a instrução fônica sistemática, a fluência de leitura, o vocabulário e a compreensão de textos. Esses pilares passaram a sustentar os bons programas de alfabetização e a ser recomendados em diversos países (NATIONAL READING PANEL, 2000). (p. 16). Registro, porém, que o relatório resultante desse Painel recebeu também muitas críticas, relativas a: limitação de estudos para sustentar a ênfase em instrução fônica; utilização do relatório pelo Presidente George W. Bush, como base para o programa “*Reading First*”, para melhorar resultados de testes padronizados de leitura, em que se centrou sua lei “*No Child Left Behind*”; com base em resumos das “descobertas” do relatório foram produzidos em larga escala, pela Editora McGraw-Hill, materiais didáticos, abrindo novo mercado para materiais e avaliações relacionadas com a instrução fônica. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/education/2018/10/30/why-reading-wars-are-waste-time/>

20 O português, José de Moraes, é assim apresentado no *blog* do IAB: “[...] um dos maiores especialistas do mundo em alfabetização. Doutor em Desenvolvimento da Cognição e Psicolinguística e professor emérito da Universidade Livre de Bruxelas, Moraes colaborou com o desenho de políticas públicas de alfabetização em Portugal e na França. No Brasil, participou em 2003 da elaboração do Relatório *Alfabetização Infantil – Novos Parâmetros*, documento pioneiro que apresentou às autoridades brasileiras os mais recentes e sólidos achados da Ciência Cognitiva da Leitura. A convite do IAB, já visitou o País diversas vezes para Seminários Internacionais e encontros com autoridades.” (<https://www.alfabeto.org.br/blog/entrevista-jose-moraes/>)





São também apresentadas, no Caderno, explicações e orientações, fundamentadas nas mesmas “evidências científicas”, para a alfabetização de jovens e adultos e para “os públicos da educação especial, da educação escolar indígena, da educação escolar quilombola e da educação do campo, valorizando as tradições culturais brasileiras.” (p. 36); e, considerando que a missão do professor alfabetizador se reveste de importância decisiva para a PNA”, ela “buscará promover um aprimoramento na formação dos professores da educação infantil e dos professores do ensino fundamental, nos currículos de formação inicial e continuada, com fundamento nas evidências científicas mais recentes das ciências cognitivas.” (p. 43)

### **1.3 A Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe)**

A Conabe foi instituída pela Portaria nº 1.460, de 15/08/2019, assinada pelo Ministro da Educação, tendo como tema “A Política Nacional de Alfabetização e o estado da arte das pesquisas sobre alfabetização, literacia e numeracia” (Art. 1º.) e, como um dos objetivos específicos, “possibilitar a criação do Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências – (Renabe) (Art. 2º., inc. II). Para essas ações, é estabelecida a formação de painel de especialistas que “[...] será composto por doze pesquisadores de notório saber nas áreas de alfabetização, literacia ou numeracia, no âmbito das ciências cognitivas, os quais devem possuir doutorado e produção científica em alguma dessas áreas.” (Art. 5º. Inc. IV, § 1º) (BRASIL, 2019c). A Portaria nº 1.461, de 15/08/2019, também assinada pelo Ministro da Educação, nomeia os 12 pesquisadores para compor o painel de especialistas<sup>21</sup> da Conabe, designando. (BRASIL, 2019d)

Além dessas portarias, localizei discursos de autoridades na cerimônia de abertura da Conferência, realizada no prédio da CAPES, em Brasília/DF, entre 22 e 25/10/2019, e algumas matérias divulgadas em redes sociais e em veículos da imprensa tradicional. Também obtive, por meio não institucional, cópia da programação da Conferência e algumas informações de colegas que dela participaram.

Para registro neste texto, destaco os objetivos específicos da Conabe, estabelecidos no Artigo 2º. da Portaria n. 1460:

- I - apresentar e debater o estado da arte das pesquisas sobre alfabetização, literacia e numeracia;
- II - possibilitar a criação de um Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências - Renabe, que exponha o estado da arte das pesquisas sobre alfabetização, literacia e numeracia;
- III - promover a divulgação do conhecimento científico mais atualizado sobre alfabetização, literacia e numeracia; e
- IV - propor recomendações para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem da literacia e da numeracia, e propor estratégias para seu cumprimento.

---

21 Os especialistas do painel da Conabe são: Renan de A. Sargiani (Presidente científico); Josiane T. F. Silva (Vice-Presidente científica); M. Regina Maluf; C. Cardoso-Martins; Augusto Buchweitz; Alessandra G. Seabra; Fernando C. Capovilla; Ilona M. L. B. F. de Sousa; Ana Luiza G. P. Navas; Vitor G. Haase; e Jerusa F. de Salles. (BRASIL, 2019d)





Na cerimônia de abertura<sup>22</sup>, após apresentação de dois breves vídeos com informações sobre a PNA e sobre o Caderno, discursaram<sup>23</sup> autoridades que compuseram a mesa, as quais apresento abaixo, com destaque para alguns trechos de suas falas.

Renan de A. Sargiani<sup>24</sup>, Presidente Científico Conabe, Coordenador-Geral de Neurociência Cognitiva e Linguística na Sealf e integrante do painel de especialistas, reiterou que a PNA é “pautada por evidências e não por crenças ou ideologias” e que “todos podem aprender a ler e escrever, desde que lhe sejam dadas condições de ensino”.

Anderson R. Correa<sup>25</sup>, Presidente da CAPES, informou ter participado da equipe de transição do atual governo federal e da criação de secretarias vinculadas ao MEC: de Alfabetização (Sealf), de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp) e Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares; reiterou que a alfabetização é prioridade principal do MEC, e a PNA foi lançada como uma das metas anunciadas para os 100 primeiros dias de governo do Presidente da República; e informou que está prevista “uma série de projetos conjuntos para formação de professores com foco em alfabetização”, por meio das diretorias de Educação Básica e de Educação a Distância, enfatizando que a “educação básica é o insumo da educação superior”.

Gastão Vieira<sup>26</sup>, deputado federal, reiterou a importância da alfabetização como prioridade política do atual governo, pelo que “esperou 15 anos”, referindo-se ao relatório *Alfabetização infantil ...* (2003), de cujo processo de elaboração participou, como presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados; Conclui dizendo estar “emocionado”, pois atingiu seu “objetivo de vida”, “dar às crianças brasileiras o mínimo para aprender a ler e escrever”, e conclama o Ministro da Educação: “tenha pressa, já esperamos demais; dê assistência técnica aos municípios que aderirem a proposta, eles precisam de muita ajuda para vencer tanto atraso e desconsideração”.

Carlos Francisco Nadalim, Secretário de Alfabetização do MEC, apresentou as seguintes principais informações e comentários: a PNA é política de Estado; entre os passos dados para sua implementação, estão a adesão ao *Progress in International Reading Literacy Study* (PIRLS), “importante estudo internacional para avaliar capacidade de compreensão e leitura no 4º. ano do ensino fundamental” e o Caderno da Pna, que “traz uma revisão inédita de literatura” e “se diferencia de outras formas de encarar o problema da alfabetização, porque se

22 A cerimônia foi transmitida ao vivo e gravada em vídeo, disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=81481](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=81481)

23 Nas citações de trechos desses discursos, utilizo transcrição que fiz de seus conteúdos.

24 Sargiani é Psicólogo e Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, com orientação de Maria Regina Maluf e estágio sanduiche na City University of New York, com coorientação de Linnea Ehri. É membro da European Literacy Network, da Psychology Coalition na ONU, da mesa diretora da International Association of Applied Psychology, além de grupos de pesquisa e de trabalho nacionais. (Fonte: CV-Lattes)

25 Correa é Engenheiro Civil, mestre em Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica e doutor em Engenharia de Transportes pela University of Calgary, Canadá. É membro de conselhos profissionais na área de educação, ciência, tecnologia e inovação. Foi Reitor do ITA, é membro do Conselho Deliberativo e pesquisador do CNPq e atuou na Equipe de Transição entre os Governos Temer e Bolsonaro, na área de Educação. (Fonte: CV-Lattes)

26 Advogado maranhense e político, com vários mandatos por diferentes partidos, atualmente filiado ao Partido Republicano da Ordem Social. Foi Ministro do Turismo entre 2011 e 2014.



apoia em evidências científicas acerca de como se aprende a ler e escrever, o que foi constatado pelo ex-Ministro da Educação de Portugal, Nuno Crato<sup>27</sup>, por ocasião do evento em que se anunciou, em agosto deste ano, a Conabe; [o ex-Ministro] “acreditava que, até então, Portugal era o único país do mundo que por decreto fazia referência às ciências cognitivas e alegrou-se ao ver o Brasil trilhar caminho similar ao de Portugal”; o Renabe será publicado em abril de 2020, como subsídio técnico e científico “que orientará ações com base na PNA” e contém o “conhecimento científico mais atualizado e sintetizado de forma imparcial”; por isso “especialistas convocados terão autonomia e independência para seguir o método científico ao produzir o mencionado relatório”; a estratégia do MEC busca se alinhar “às de autoridades internacionais” e também “resgata relatórios brasileiros que permaneceram ignorados em âmbito nacional por muitos anos”; na Conabe estão reunidos “mais de 50 pesquisadores brasileiros e estrangeiros de diferentes campos da aprendizagem e do ensino da leitura, da escrita e da matemática básica, além de outros atores importantes da alfabetização como professores, gestores educacionais e representantes da sociedade civil” e conclui, conclamando os membros da Conabe: “[...] busquem com independência e autonomia a verdade científica e assim ajudem o MEC a construir políticas públicas robustas e fundamentadas em evidências científicas”.<sup>28</sup>

No discurso com que encerra a cerimônia, o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, apresenta — como “fala do trono”, com retórica beligerante, sem preocupação com coesão e coerência textuais e sem suporte em texto escrito — síntese dos princípios e objetivos da política educacional do MEC, incluindo a PNA, em consonância com o projeto político-ideológico do atual governo federal. Após agradecer “todos [...] que estão aqui que estão juntos nessa batalha pela educação”, divaga sobre alguns conceitos filosóficos que evocam justaposição de trechos de cursos *on-line* de filosofia ministrados por Olavo de Carvalho, considerado “guru ideológico” do Presidente da República e de sua equipe ministerial. Elogiando filósofos como Aristóteles e Descartes e criticando fortemente os da “Escola de Frankfurt”, especialmente Herbert Marcuse, o Ministro destaca que: “filosofia é a busca da verdade”, a “verdade é científica, é um processo lógico, racional, cartesiano”, “o pensamento científico aristotélico é baseado em evidências”; a educação e a alfabetização no Brasil são um “desastre” e uma “vergonha”, porque os “governos anteriores” se preocuparam “mais em “doutrinar, educar”, em vez de “ensinar a ler, escrever e fazer contas”; invoca a “coragem de confrontar esses falsos doutos, *experts*, e tirar dos ídolos, dos seus pedestais, as referências que nos trouxeram até a evidência cabal, numérica, que a educação e o ensino no Brasil é um desastre”, e, com base em comentário do deputado Gastão Vieira, convoca-o a seguirem “juntos, empunhando a bandeira da mudança do ensino no Brasil”, pois “não podemos perder um único soldado nessa batalha”, concluindo: “A ciência é a

27 Nuno Crato é “[...] matemático (aplicado) e estatístico português [...]”. Tornou-se conhecido do grande público através das crônicas que escreveu regularmente na imprensa desde 1996, com vários livros de divulgação científica, e com a intervenção regular em programas de televisão [...]. Foi Ministro da Educação e Ciência de 2011 a 2015 do XIX Governo Constitucional de Portugal”. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Nuno\\_Crato](https://pt.wikipedia.org/wiki/Nuno_Crato)

28 Especialmente este discurso do Secretário de Alfabetização e o, seguinte, do Ministro da Educação demandam análise detalhada. Por ora, advirto que é indevida qualquer analogia possivelmente evocável entre as ideias de ambos e as do moleiro filósofo italiano, *Menocchio* (1532-1599), bem como, por derivação analógica secundária, com o protagonista de *As aventuras de Pinocchio* (1883), exceto, talvez, em casos de inconsciência fonológica ou apraxia da fala.



verdade. E a verdade liberta. [...] Uma pessoa que não sabe ler e escrever *bem* é um escravo. É um escravo a ser manipulado por demagogos. A leitura, a escrita, a capacidade de fazer contas liberta. E eu tenho certeza que não falta gente corajosa que não vai fugir à luta para lutar pela liberdade das próximas gerações.”

A Conabe contou com público selecionado de convidados, palestrantes e ouvintes. Os palestrantes especialistas comungam das evidências científicas das ciências cognitivas, que fundamentam a PNA e suas respectivas pesquisas, em áreas/campos de atuação acadêmica ou empresarial (medicina, neurociências, biologia, fonoaudiologia, psicologia (cognitiva e experimental), linguística (psicolinguística), economia, educação). Abordaram, entre outros, aspectos econômicos relacionados com a busca de equidade social e aspectos neurobiológicos e fonoaudiológicos que enfatizam a recomendação de instrução fônica/fonológica antes do e no 1º. ano do ensino fundamental;

De acordo com informações obtidas até o momento, nas palestras foram reiteradas informações contidas no Decreto, no Caderno e na cerimônia de abertura e acrescentadas informações, como as seguintes:

- com base nos quatro momentos cruciais que proponho para a história da alfabetização no Brasil (apresentarei síntese no tópico seguinte), o presidente da conferência indicou mais dois momentos: um antecedendo o primeiro que proponho e outro (que o palestrante afirma ser o “quinto”), que agora se inicia com a “fase da ciência cognitiva”;

- foram feitas críticas às contribuições de Magda Soares e às políticas de alfabetização implementadas até hoje, “porque estamos seguindo uma religião”, o Pnaic não se baseia em “evidências científicas” e “não alterou nada”, as faculdades de educação, mestrados e doutorados “não estão ensinando a alfabetizar”; e uma palestrante defendeu o retorno às cartilhas de meados do século XX;

- destacou-se que: a PNA “não propõe método; não existe a palavra método no decreto”;

- alguns especialistas estrangeiros fizeram ponderações, tais como: nem todos os estados ou distritos estadunidenses seguem essas prescrições para a alfabetização; Catherine Snow<sup>29</sup> advertiu sobre o perigo de uma política que pende “para um lado, decodificação ou sentido”; e Kennet Pugh<sup>30</sup> advertiu que as pesquisas sobre plasticidade do cérebro ainda são limitadas;

- ao final da Conferência, o painel de especialistas apresentou “*Power points*”, em que ratificam a PNA, “destacando seu caráter inovador e baseado em evidências científicas”, comprometendo-se a “elaborar um documento que irá apresentar o estado da arte das pesquisas científicas em diferentes temas relacionados à alfabetização, literacia e numeracia, que poderá contribuir para a implementação da Política Nacional de Alfabetização”.

---

29 Snow é assim apresentada no Caderno da PNA: “Doutora em Psicologia pela McGill University Professora do Programa de Pós-Graduação na Harvard Graduate School of Education. Especialista em Desenvolvimento de Linguagem e Literacia Infantil”. (p. 30).

30 Pugh é Professor Associado de Linguística da Yale University, Presidente, Diretor de Pesquisa e Cientista Senior do Haskins Laboratories.



## 2. A PNA na história da alfabetização no Brasil

### 2.1 O movimento histórico e os momentos cruciais

Em Magnani (1997) e Mortatti (2000), apresento resultados de extensa pesquisa documental e bibliográfica sobre a história da alfabetização (escolar) no Brasil, enfocando a “questão dos métodos”<sup>31</sup>, com ênfase: no período compreendido entre o final do século XIX, com a implementação de um sistema de educação pública e de criação de escolas públicas, decorrente da implantação do regime republicano, e o final do século XX, com a reorganização da educação pública, decorrente do processo de redemocratização do país após o fim da ditadura civil-militar imposta em 1964; e na situação da província/estado de São Paulo, cujo “sistema de instrução pública” implantado no início da República se tornou modelar para outros estados do país, assim como ocorreu com algumas iniciativas posteriores até a década de 1980.<sup>32</sup>

Nesse movimento histórico, delimitei quatro momentos que considero cruciais<sup>33</sup> por se caracterizarem como sínteses de “temporalidades múltiplas” em que se manifestam tensões entre rupturas e permanências de sentidos para o que hoje denominamos alfabetização, entendida como área estratégica para a consecução inicialmente dos ideais republicanos e, atualmente, dos anseios neoliberais. Essas tensões:

[...] têm seu ponto de convergência e sua face mais visível e mobilizadora na questão dos métodos de alfabetização, que, desde então até os dias atuais, torna-se objeto privilegiado de tematizações, normatizações e concretizações e *locus* privilegiado, onde se manifesta a recorrência discursiva da mudança, indicadora de uma tensão permanente entre os autodenominados “modernos” e aqueles a quem esses modernos denominam “antigos”.

Da permanência conflituosa dessa tensão configura-se um movimento histórico complexo, cujo ritmo é dado pela simultaneidade entre continuidade do movimento e descontinuidade de sentidos.

---

31 “Apesar dos diferentes sentidos e termos para designar o processo de alfabetização, os métodos para sua condução se caracterizam por maior estabilidade histórica do significado do termo ‘método’, no âmbito da Pedagogia e da Didática. Quando aplicado à alfabetização, esse significado pode ser assim sintetizado: processo (marcha/caminho) intencional, planejado, ordenado e sistemático, baseada em conjunto de meios, procedimentos, instrumentos, estratégias e recursos preestabelecidos para o desenvolvimento do ensino inicial da leitura e da escrita a crianças (na escola, preferentemente), com o objetivo de que elas aprendam a ler e a escrever. [...] trata-se sempre de método de *ensino*, ou seja, trata-se do *modo* de ensinar os conteúdos de ensino; não se trata, portanto, de ‘método de aprendizagem’”. (MORTATTI, 2019, p. 50)

32 O estabelecimento desse marco inicial da pesquisa decorre da delimitação à alfabetização escolar, integrante da organização estratégica de um sistema de instrução pública, principal anseio republicano no âmbito da educação. Sobre alfabetização no período colonial, ver Silva (2015).

33 É importante advertir que a delimitação desses momentos não decorreu de “voluntarismo” ou “achismo” de minha parte, nem estava “dada” pelos sujeitos do passado. Trata-se de uma hipótese interpretativa relacionada com a análise do conjunto de fontes documentais que localizei, recuperei e reuni. Não é possível controlar, muito menos por decreto presidencial, o movimento da história e os rumos do presente, em curso. Se a PNA inicia ou não um “quinto momento”, essa é questão para os que virão, e sua interpretação dependerá, não do controle do registro de versões autoritárias do presente, mas do rigor com que se espera que exercerão seu ofício os historiadores que se dispuserem a buscar a compreensão destas possíveis memórias do futuro.



Essas disputas estavam/estão relacionadas com o que, em cada momento, se considera(va) ser o “novo” e “revolucionário” método de alfabetização<sup>34</sup>, que deve(ia) substituir ou “erradicar”/“eliminar” o(s) método(s) “antigo(s)” e tradicionai(s)”, acusados de serem os responsáveis/ culpados pelo recorrente diagnóstico do fracasso da escola em ensinar crianças a ler e escrever, com a eficiência e a eficácia demandadas pela urgências políticas e sociais de cada momento histórico. Como decorrência, foram se constituindo diferentes sentidos para a alfabetização e suas relações com democracia<sup>35</sup>, fundando-se, em cada momento,

[...] uma “nova tradição”, centrada em um sentido que se tornou hegemônico, porque oficial, mas não único, nem homogêneo, nem tampouco isento de resistências, mediadas em especial pela velada utilização de antigos métodos e práticas alfabetizadoras, por meio da utilização de cartilhas, esse privilegiado e perene instrumento de concretização dos métodos de alfabetização. (MORTATTI, 2008, p. 94-95)

O *primeiro momento* (1876 a 1890) se caracteriza por um processo que denomino “metodização do ensino da leitura”, no qual se destaca a atuação do professor Antonio da Silva Jardim, que combateu veementemente os métodos de marcha sintética (alfabético, fônico, silábico) e defendeu entusiasticamente o “Método João de Deus” centrado na palavração e contido na *Cartilha maternal* (1876), escrita pelo poeta português João de Deus. O *segundo momento* (1890 a meados da década de 1920) tem denominação correspondente a sua principal característica, “institucionalização do método analítico” para o ensino da leitura (e escrita) em moldes norte-americanos, opondo-se esse então novo método aos antigos e tradicionais métodos sintéticos utilizados até esse momento histórico. No *terceiro momento* (meados da década de 1920 ao final da década de 1970), que denomino “Alfabetização sob medida”, observa-se como principal característica a hegemonia da perspectiva teórica com a qual se relaciona a postulação da necessidade de medida do nível de maturidade para o aprendizado da leitura e escrita, de acordo com os testes ABC criados por M. B. Lourenço Filho e sinto-

34 “Os métodos de alfabetização podem ser hoje classificados em dois tipos básicos: sintético e analítico, conforme a ‘marcha’ didática, respectivamente: da ‘parte’ para o ‘todo’ ou do ‘todo’ para as ‘partes’. Dependendo do que foi considerada a unidade linguística a partir da qual se devia iniciar o ensino da leitura e escrita e do que se considerou ‘todo’ ou a ‘parte’, ao longo da história da alfabetização no Brasil, foi-se sedimentando a seguinte subdivisão classificatória desses métodos: métodos de marcha sintética: alfabético, fônico, silábico; e métodos de marcha analítica: palavração, sentencição, historieta, (global de) contos. Deve-se recordar que: as classificações desses dois tipos básicos foram atribuídas *a posteriori*: a classificação como ‘sintético’ se tornou necessária para diferenciar esse método do analítico, imposto pelos educadores paulistas a partir da década de 1890; métodos mistos ou ecléticos envolvem a utilização conjunta de processos característicos dos métodos de marcha analítica e dos de marcha sintética; e o método ‘global de contos’ é uma espécie de método analítico que se baseia na compreensão de que o ensino da leitura (e escrita) deve se iniciar pela apresentação de contos às crianças, a fim de que compreendam o sentido do todo que leem; em alguns casos, não se propõe análise das ‘partes’ constitutivas desse todo, como sentenças, palavras, sílabas e letras.” (MORTATTI, 2019, p. 32)

35 Conceitos e definições de alfabetização se encontram detalhados em Magnani (1997) e Mortatti (2000) e sintetizados em Mortatti (2004). Recomendando também consulta a Mortatti (2011), em que apresento o que denomino “conceito brasileiro de alfabetização”.





nizados com princípios escolanovistas. Em decorrência, dever-se-ia escolher o método mais adequado para alfabetização eficiente e eficaz em classes homogêneas. Tratava-se, portanto, de centrar a atenção em *como se ensina a ler e escrever*, com caráter instrumental, de acordo com o nível de maturidade, com as características e com os interesses da criança a quem se ensinava. O *quarto momento* (início da década de 1980 aos dias atuais), tem como principal característica a “desmetodização da alfabetização”, decorrente da perspectiva construtivista, fundamentada nas pesquisas da psicóloga argentina Emilia Ferreiro e colaboradores. De acordo com essa perspectiva, passou-se a enfatizar a aprendizagem da *lectoescrita*, respeitando-se o processo de construção, por parte do alfabetizando-sujeito cognoscente, dos conhecimentos sobre a língua escrita. Nesse sentido, o foco do processo de alfabetização está em *como a criança aprende a língua escrita*; trata-se, assim, de um processo de desmetodização da alfabetização, uma vez que não cabem, nesse processo, os tradicionais métodos de ensino da leitura e escrita<sup>36</sup>.

Do ponto de vista da longa duração histórica, dada a visibilidade estratégica que os métodos de alfabetização foram adquirindo no Brasil (mas não somente aqui), constatam-se, na relação entre tematizações, normatizações e concretizações, complexos movimentos relacionados entre si e que se impulsionam mutuamente.

Desde final do século XIX no Brasil, tematizações sobre alfabetização foram sendo produzidas de modo esparsos, com destaque para o pioneiro estudo científico sistemático realizado por Lourenço Filho e publicado no livro *Testes ABC*, de 1934. Especialmente a partir da segunda metade do século XX, com a criação de cursos de pós-graduação, a alfabetização foi se constituindo como objeto de estudo e pesquisa sistemáticos<sup>37</sup>, configurando campo de conhecimento interdisciplinar e multifacetado<sup>38</sup>, em que a “*questão dos métodos de alfabetização*” passou a ser formulada como um dos temas/problemas de pesquisa, a demandar análise e interpretação em moldes acadêmicos e científicos<sup>39</sup>.

No âmbito das normatizações, constata-se também movimento de crescente sistematização e organicidade de programas e orientações práticas para alfabetização: a partir da década de 1930, em consonância com o reiterado esforço de modernização do Brasil, que caracterizou o processo de federalização de iniciativas estaduais em diferentes esferas políticas e sociais, e, a partir da década de 1950, em consonância com a busca de alinhamento do país a recomendações de organismos internacionais, como a ONU e a UNESCO, para o enfrentamento dos problemas da alfabetização, a fim contribuir para a garantia do direito à educação; e, no final do século XX, com a consolidação e organicidade do que passou a ser denominado pela expressão “políticas públicas” para alfabetização e a educação (além de outras áreas de vulnerabilidade social), elaboradas conforme alinhamento programático do governo federal, na década de 1990, à agenda econômica neoliberal (privatista e privatizante) imposta por organismos internacionais.<sup>40</sup>

36 Para detalhamento dessas questões, ver, especialmente, Magnani (1997) e Mortatti (2000; 2019).

37 A esse respeito, ver Mortatti, Oliveira, Pasquim (2014).

38 Para detalhamento da “natureza” multifacetada da alfabetização, ver Soares (1985).

39 Sobre o sentido da expressão “questão dos métodos de alfabetização”, ver Magnani (1997), Mortatti (2000). Em Soares (2016), encontra-se outra explicação para o sentido dessa expressão.

40 Sobre o assunto, ver Mortatti (2010; 2013).





As concretizações também se articula(va)m de modo sistemático a esse movimento e, especialmente nos últimos 40 anos, por meio da adoção, em programas governamentais/políticas públicas, de resultados de pesquisas como fundamentação científica selecionada conforme critérios de inovação, e de sua disseminação, aplicação e transposição didática, com finalidade de induzir mudanças nas práticas pedagógicas, por meio de variadas ações, principalmente intervenções normativas em currículos de cursos de formação inicial para o magistério, em programas de formação continuada de alfabetizadores e na definição de critérios para seleção e adoção (governamental) de material didático para os alunos, como cartilhas e livros de leitura, distribuídos para escolas públicas, e para professores em formação continuada. É no nível das práticas pedagógicas na sala de aula, nas relações entre professor e alunos alfabetizando, porém, que a força da tradição se impõe como resiliência/resistência ou recusa, explícita ou silenciosa, caracterizando ritmo lentíssimo de aceitação e implementação de inovações, comparativamente tanto à rapidez e à agilidade com que medidas governamentais decretam as mudanças quanto, mesmo, à lenta produção de resultados de pesquisa científica.

Esse movimento, como apontei, *não* é pendular, *nem* linear, nem é caracterizado pela mera repetição do passado, nem é determinado pelo acaso ou por um plano divino. Nele se articulam dialeticamente rupturas desejadas e permanências resilientes/resistentes em torno da questão dos métodos, como se a solução dos problemas da alfabetização detectados em cada momento dependesse/dependa apenas e exclusivamente de escolha, por critérios de eficiência e eficácia, entre um ou outro método, ou entre mistura eclética de técnicas e procedimentos previstos em ambos os tipos de métodos. Trata-se, no entanto, não de “dinâmica própria” de “objetos naturais”, mas de resultados de ações de sujeitos, que, como “intelectuais orgânicos” (GRAMSCI, 2001)<sup>41</sup>, estabelecem a mediação entre teoria e prática, grupos/classes sociais em disputas por hegemonia relacionadas com situações de tensão, de conflito e de perturbação de equilíbrio de forças políticas e sociais (MORTATTI, 2019).

Na complexidade desses movimentos, o debate entre diferentes ou divergentes posições teóricas — debate em si fundamental para avanços do conhecimento em qualquer área e recorrente na história da alfabetização no Brasil — foi se acentuando a partir da segunda metade do século XX, proporcionalmente aos avanços na busca de cientificidade, como apontei, e ecoando também debates estabelecidos em outros países, como Argentina, com a “*querella de los métodos*” (BRASLAVSKI, 1962)<sup>42</sup>, e EUA, com o “*the great debate*” (CHALL, 1967), e, mais recentemente, Austrália, com “*the literacy wars*” (SNYDERS, 2008) que enfocam disputas entre “método global”/“*whole language*” e método fônico/fonético/“*phonics (instruction)*”.<sup>43</sup>

41 A respeito do papel de educadores como “intelectuais orgânicos” na história da alfabetização no Brasil, ver Mortatti (2019)

42 O livro dessa psicóloga e educadora argentina foi traduzido no Brasil por Agostinho Minicucci, com prefácio de Lourenço Filho, e publicado em 1971, com o título *Problemas e métodos no ensino da leitura*, na coleção Biblioteca da Educação, em coedição Melhoramentos e EDUSP. Como já se nota desde o título, o termo “querela” foi traduzido por “problemas”, “discussão” ou “debate” em relação ao ensino *da leitura*. Essas opções merecem estudo detalhado, para ampliar compreensão de aspectos da alfabetização naquele momento histórico.

43 Diferentemente de Braslavsky, Chall (1967) e Soares (2016) não identificam “*phonics*” com “método fônico”. Oportunamente, retomarei essa discussão.



Embora por alguns períodos tenham permanecido temporariamente aquietadas pelo consenso imposto por normatizações, as discussões sobre o assunto, no Brasil, foram se desdobrando e se tornando mais acaloradas, e por vezes belicosas, entre representantes de grupos políticos e acadêmicos, com interesses conflitantes ou antagônicos entre si, especialmente quando explicitadas as relações entre alfabetização e democracia defendidas por cada grupo, mesmo que o objetivo comum explicitado por todos eles fosse/seja buscar soluções para resolver os problemas do fracasso da escola pública brasileira em alfabetizar as crianças, de forma eficiente e eficaz.

Considerando as fontes documentais que localizei em relação à situação paulista e brasileira, esse debate recorrente e acirrado, assumiu também características de querela, evocando ora algo como disputas jurídicas/judiciais, ora algo de menor importância porque específico de pequeno grupo de educadores, recorrente e passageiro. Mesmo “rotinizado”, porém, o debate, em tom de querela, continuou e continua atuando, nas disputas por hegemonia política e ideológica entre os que, em cada momento, se considera(va)m modernos, portadores de um novo método como solução científica para os problemas da alfabetização, e os que eles considera(va)m defensores dos antigos métodos, responsáveis pelos males do presente que eles (os modernos) queriam/querem refundar. Estes, por sua vez, em momento anterior já tinham se apresentado como modernos em oposição aos que os tinham precedido e que acusavam de antigos...

## 2.2 O quarto momento crucial: *desmetodização e... remetodização*

Neste quarto momento crucial (início da década de 1980 aos dias atuais) da história da alfabetização no Brasil, as disputas foram inicialmente travadas entre defensores da então nova e “revolucionária” teoria construtivista em alfabetização, decorrente das pesquisas Emilia Ferreiro e colaboradores, de que decorre o que denomino “desmetodização da aprendizagem da *lecto-escrita*”, e os defensores dos métodos antigos e tradicionais (sintéticos, analíticos ou “mistos”), que se perpetuaram por meio especialmente das concretizações em cartilhas de alfabetização e continuam atuantes, mesmo que silenciosas, em práticas pedagógicas de alfabetizadores. Para o processo de hegemonização do “construtivismo” em alfabetização (que *não* é método, *não* podendo ser identificado com método global/“*whole language*”), foi decisiva sua assunção em políticas públicas em nível estadual, inicialmente, e, a partir da década de 1990, em nível federal, ramificadas em inúmeras normatizações e ações, como programas de formação de alfabetizadores e material didático, entre muitos outros.<sup>44</sup>

O construtivismo não foi, no entanto, a única teoria a fundamentar propostas para alfabetização. Ainda na década de 1980, foram também divulgadas outras duas principais propostas para ensino de língua portuguesa e alfabetização, centradas no interacionismo linguístico, como síntese de pesquisas nos campos da linguística/análise do discurso/teoria da enunciação, educação e psicologia vigotskiana, formuladas pelos pesquisadores brasileiros, João Wanderley Geraldi, em 1981, e Ana Luiza Smolka, em 1988. Embora não tenham logrado hegemonia em políticas

---

44 Em Magnani (1997) e Mortatti (2000), encontram-se detalhes sobre a implantação do construtivismo na década de 1980 e sobre as propostas do interacionismo linguístico, apresentado na sequência deste texto. Em Mortatti (2007; 2014; 2017; 2019), problematizam-se: essas duas propostas, a centrada no conceito de letramento e as relações entre elas.



públicas, muitos aspectos dessas propostas foram incorporados, de forma eclética, propostas e programas governamentais da época e se mantêm até os dias atuais.

Na década de 1990, foi introduzido e disseminado, por Magda Soares, o conceito de letramento (escolar, também), em complementação ao conceito de alfabetização: esta entendida como aquisição inicial do código alfabético; aquele, como capacidade de compreensão dos usos e funções sociais da leitura e escrita. Essa perspectiva teórica, que *não é método*, também se tornou hegemônica no Brasil, não como resultado de disputas com o construtivismo, mas por meio de sua complementação, como indicado no lema: “alfabetizar, letrando”.

Ressalto que, embora com diferenças entre si, as três propostas acima têm em comum o fato de não se caracterizarem nem se apresentarem como novo método de alfabetização.

No início da década de 2000, ainda no âmbito do quarto momento, inicia-se um movimento de tentativa de *remetodização* da alfabetização, por meio da *reintrodução* do método fônico. Trata-se daquele estudo que resultou no documento *Alfabetização infantil ...*, elaborado por especialistas estrangeiros e brasileiros (entre os quais, autores da PNA e de material didático e orientações para professores, centrados no método fônico), no qual se explicita a defesa do método fônico, em referência “[...] ao tipo de instrução comprovadamente mais eficaz para ajudar o aluno a estabelecer” (BRASIL, 2003, p. 36) a correspondência grafemas-fonemas, com base em evidências empíricas e científicas, em oposição ao construtivismo e ao letramento, que os autores acusam de ser os responsáveis pelos problemas da alfabetização no Brasil, identificando-os com o movimento de “*whole language*”, disseminado a partir da década de 1970, com os estudos do psicolinguista inglês, Frank Smith. Aquela proposta de *reintrodução* do método fônico foi posta em debate pelo então Ministro da Educação, Fernando Haddad, no Seminário “Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo MEC/SEB e realizado em 2006, no qual foram ouvidas posições de especialistas convidados<sup>45</sup>. Como resultado das discussões, a decisão do Ministro foi a de o MEC não incorporar/impor esse método em políticas públicas para a alfabetização no Brasil.

Embora os objetivos dos autores do documento de 2003 não tenham logrado êxito, as disputas em defesa do método fônico não deixaram de ocorrer, por outros meios, como se constata em reedições desse documento ou expansão de seu conteúdo<sup>46</sup>, ou, ainda, na forte ofensiva mercadológica de venda de livros e manuais didáticos sobre o assunto. E, neste ano de 2019, integrando o projeto político do atual governo federal, esse secular método de alfabetização, com novas “evidências científicas”, desta vez fundamentadas na ciência cognitiva da leitura, e seus não tão novos defensores, especialistas e políticos, retornam triunfantes, desta vez de modo institucional, por meio da PNA. Com essa ação tática, *decreta-se* a hegemonia da instrução fônica/método fônico, enquanto ainda estão em vigência políticas públicas às quais seus autores se contrapõem (como a BNCC e Pnaic, que, apesar de todos os problemas que têm e venho apontando<sup>47</sup>, foram ampla e *democraticamente* discutidas), porque as acusam de serem “fundamentadas”, não em “verdades científicas”, mas em crenças e ideologias, como consideram ser o construtivismo, o letramento e, de modo ainda mais equivocado, a “ideologia comunista” de Paulo Freire ...

45 Como uma das conferencistas naquele Seminário, apresentei síntese da história dos métodos de alfabetização no Brasil, a qual se encontra em Mortatti (2006).

46 Além da 3ª. edição desse documento anunciada na cerimônia de abertura da Conabe, foi publicada 2ª edição em 2017, pelo IAB, e expansão do conteúdo em 2011, pela Academia Brasileira de Ciências.

47 Sobre o assunto, ver, especialmente, Mortatti (2007).



Com a reintrodução do método fônico, sob a denominação de “instrução fônica (sistemática)” (tradução de “*phonics*” e “*phonics instruction*” (Ing.)), a PNA decreta novo tipo de disputa entre modernos e antigos, colocada no centro de um debate em que a “querela dos métodos” assume, como aponte, características específicas de disputa pela hegemonia de um projeto político-ideológico neoliberal e ultraconservador. Se as táticas utilizadas, podem, em si mesmas, parecer repetições das anteriores, a análise da dimensão discursiva da PNA (que envolve não apenas conteúdo e forma, mas aspectos como sujeitos e contexto de sua elaboração e estratégias de persuasão/imposição) possibilita a compreensão das estratégias que constituem sua “politicidade intrínseca”, diferenciando-a substancialmente da elaboração e implementação das políticas anteriores e obrigando a reiterar, em contradiscurso, antigas constatações, tais como: o método *não* é causa *nem* solução dos problemas da alfabetização, mudanças de métodos *não* decorrem de um determinismo educacional/pedagógico e paradigmas didáticos *não* “ascendem” ou “declinam” conforme leis próprias. Evocam, ainda, reflexões críticas como as explicitadas em epígrafes neste texto, e até mesmo as formuladas por pesquisadoras que ou defendem o método fônico/instrução fônica e sua fundamentação teórica na psicologia cognitiva e nas neurociências ou não desconsideram totalmente esse método de alfabetização, nem fatores que intervêm em sua aplicação, como se constata nas seguintes citações:

[...] many of the practices now being challenged were themselves adopted with great hope and promise, only to prove disappointing later on. *It is not possible that the current reforms, if not fully understood, may suffer the same fate?* (CHALL, 1967, p. 2, grifos meus)

Da nossa parte, não acreditamos que o método resolva, por si, o complexo problema da aprendizagem da leitura. Não é uma panaceia. Acreditamos que o método deve inserir-se em uma concepção pedagógica compreensiva, holística, com *perspectivas sociais, culturais, políticas e filosóficas*, pesquisando os fatos educacionais no seu próprio campo, com o *apoio de outras ciências as quais respeita e interroga, sem por isso subordinar-se a elas*. (BRASLAVSKY, 1988, p. 47, grifos meus)

[...] os métodos que [...] são, de certa forma, proposições decorrentes de teorias, alteram-se na prática do(a) alfabetizador(a) — afinal *quem alfabetiza não são os métodos, mas o(a) alfabetizador(a)*, sendo ele/ela quem é, com o uso específico que faz dos métodos e com tudo que acrescenta a eles, e sendo os alfabetizados aqueles que são, ocorrendo o processo nos contextos e nas condições em que ocorre. (SOARES, 2016, p. 51-52, grifo meu)

### 3. O “novo velho discurso” da PNA e o pensamento único “consensuado”

Se a análise da PNA se restringir à busca de compreensão de sua coerência interna, enfocando-se, por exemplo, apenas a “camada mais aparente” dos documentos que a sintetizam, ela talvez possa ser interpretada como reedição ou mais um capítulo — desta vez centrado na “instrução fônica”/método fônico — da “querela de métodos” de alfabetização e não apenas no Brasil. Tomar partido sobre esse assunto seria, não apenas desperdício de tempo e energia intelectual, mas também adesão ingênua à armadilha discursiva da “verdade (científica)”, que obrigaria a polemizar, sobretudo-



do em relação às evidências científicas que fundamentam as pesquisas dos especialistas colaboradores, muitos deles possivelmente bem-intencionados, alguns provavelmente mal informados (como os estrangeiros que participam presencialmente)<sup>48</sup> sobre o contexto e as finalidades políticas para as quais colaboram. Aderir a esse tipo de polêmica decorrente de raciocínio lógico binário/dicotômico é, no limite, postura a-científica, pois prevê que, ao final, saiam vitoriosos os defensores da “verdade libertadora”, e derrotados, os defensores “desqualificados”/“escravizados” de “opiniões”, “crenças”, “ideologias”, “anedotas”, classificações utilizadas pelas autoridades do momento para se referirem a teorias *científicas* às quais se opõem ou simplesmente desconhecem.

Como já ressaltai, para os objetivos deste texto, é necessário analisar a PNA como discurso, que não apenas “traduz as lutas ou os sistemas de dominação”, mas é, ele mesmo, “aquilo pelo que se luta” (FOUCAULT, 1996), ou como “arena onde se desenvolve a luta de classes” (BAKHTIN, 1981) Nessa perspectiva discursiva,

[...] a argumentação não é considerada em si, mas no processo histórico em que as posições dos sujeitos são constituídas. Essas são menos uma questão de orientações e finalidades do que diferenças instituídas pelas relações entre formações discursivas distintas. Logo, derivam de diferenças ideológicas. (ORLANDI, p. 314)

Método fônico/“instrução fônica” e correspondentes evidências científicas podem, portanto, ser considerados como a face mais visível das disputas — protagonizada e conduzida por sujeitos públicos e privados que hoje detêm poder político e econômico — pela hegemonia do projeto político-ideológico, que essa política integra e ao qual está estrategicamente *atrelada*, complementarmente a outras ações de cunho revisionista ou negacionista e a políticas estruturantes do atual governo federal, em diferentes áreas<sup>49</sup>, ecoando, por sua vez, mentalidade colonizada e avanço do nacionalismo de extrema-direita, em outros países, como EUA, França, Holanda, Alemanha, Hungria.

48 Até o momento, não localizei informações sobre custos da participação desses estrangeiros.

49 Como alguns entre os abundantes exemplos, podem ser citados: a negação de teorias científicas e fatos históricos, com os referentes a esfericidade da Terra, evolução das espécies, aquecimento global, golpe civil-militar de 1964; e as medidas para modernizar o Estado, com reformas neoliberais e privatização de empresas e serviços públicos, para “destruir o que governos de centro-esquerda construíram nos últimos 30 anos” (conforme manifestação do Ministro da Economia, Paulo Guedes), de que resultam: destruição dos direitos sociais e constitucionais, por meio de reformas como a das leis trabalhistas e a da Previdência Social; censura imposta a atividades artísticas-culturais e a meios de comunicação; e, no âmbito da educação, mobilização em defesa do movimento “Escola sem Partido” e do ensino domiciliar; a proibição da “ideologia de gênero”, a imposição do programa “Future-se” para as universidades federais; o corte de verbas para pesquisa, a expansão das escolas cívico-militares e a militarização das escolas de educação básica; o programa “Novos caminhos” para expansão do ensino médio técnico profissionalizante; o dossiê intimidatório sobre pesquisadores-bolsistas do CNPq que estudam *questões de gênero e ditaduras militares latino-americanas*; a Proposta de Emenda à Constituição referente ao Pacto Federativo, apresentada para “modernizar” o Estado, e “promove a implantação de medidas neoliberais para acabar com a atuação do poder público e privilegiar a iniciativa privada. Uma das propostas da PEC desobriga o poder público de expandir a rede escolar em regiões com carência de vagas para alunos. O objetivo é expandir a participação do ensino privado no país. Guedes ainda é defensor da ideia de fornecer ‘vouchers’ a alunos que estariam na rede pública para pagarem com dinheiro do Estado escolas particulares. Com livre acesso ao Planalto, a irmã de Paulo Guedes, Elizabeth Guedes, é vice-presidente e proprietária da Associação Nacional de Universidades Privadas (Anup), que representa os interesses de grandes monopólios educacionais, como Anhanguera, Estácio, Kroton, Uninove e Pitágoras, que também atuam no ensino fundamental. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/proposta-de-bolsonaro-e-guedes-desobriga-estado-de-fazer-escolas-publicas-para-privilegiar-ensino-privado/>





Essa opção analítica demanda redobrada atenção para buscar identificar, explicitar e problematizar também contradições e paradoxos (que os autores da PNA tentam disfarçar), recorrendo a táticas persuasivas características de discurso autoritário/religioso, como tentativa de negar a história e aniquilar a memória do passado recente/presente e seus sujeitos, visando a reiterar, para os que definem como “público-alvo” e “agentes” da PNA, que ela representa um marco histórico de mudança para um novo paradigma centrado na “verdade (sempre científica)”.

As tentativas de negação/apagamento se evidenciam na conjugação das táticas predominantes e complementares de persuasão, características de raciocínio fundado em lógica formal/cartesiana e manifestas na reiteração tautológica e falaciosa das “evidências científicas”: silenciamento/ocultação de qualquer vestígio ou referência (inclusive bibliográfica) seja a políticas anteriores para a alfabetização seja a sujeitos institucionais ou acadêmicos que as fundamentaram ou elaboraram ou implementaram; e o indisfarçável “brado retumbante” do novo paradigma centrado na certeza inquestionável das evidências mais atuais das ciências cognitivas, em especial da leitura.

Esse novo paradigma para a alfabetização se fundamenta nas noções de “*Evidence-based education*”<sup>50</sup> e “*Literacy practice evidence-based*”, derivadas da “*Evidence-based Medicine*”<sup>51</sup>, e em resultados de pesquisas internacionais divulgadas em relatórios produzidos predominantemente a partir da década de 1960, por pesquisadores estadunidenses, ingleses, franceses, portugueses.

Ressalto que algumas dessas publicações foram traduzidas no Brasil e seus autores participaram de atividades acadêmicas no país ou orientaram/ supervisionaram pesquisas e estágios de brasileiros (alguns, autores da PNA), além de participarem diretamente da elaboração dessa política, da Conabe e do Renabe. Ressalto, também, que, como apontei, termos e trechos da bibliografia em língua estrangeira são utilizados na PNA em “tradução livre” (mas sem essa indicação explícita) e muitas vezes quase literal, induzindo a erros de interpretação. É o que se nota, por exemplo, no caso de termos já mencionados (como “*literacy*” e “*literacia*”) e, sobretudo, do termo/conceito-chave “*evidence*”, que, em Inglês, não é sinônimo de “*proof*”, diferentemente, portanto, do sentido implícito e operante no discurso persuasivo da PNA e de seus autores, em que o uso tautológico de “evidência” remete a “postulados *comprovadamente* eficazes”<sup>52</sup> (BRASIL, 2019b, p. 41, grifo meu).

Esse novo paradigma se alinha, portanto, à interpretação “weintraubiana/olaviana” do axioma aristotélico, como formulada no discurso ministerial, na abertura da Conabe: “Se é verdade, é científica. A busca da verdade é científica, é um processo lógico, racional, cartesiano [...] O

50 “*Evidence-Based Education* (EBE) signifies the idea that educational policy and practice should be guided by the best evidence about the likely effects of different choices on outcomes we value. This means that specific intervention strategies and policies should be rigorously evaluated before they are advocated or required. Where this is not possible, they should be adopted experimentally, in such a way that their impact can be properly evaluated.” Disponível em: <https://www.cem.org/evidence-based-education>.

51 “*Evidence-based medicine*” é um movimento fundado pelo médico e professor escocês Archibald Leman Cochrane (1909-1988), que defendia o uso do método científico para investigar a eficiência e eficácia de tratamentos de doenças. Fundamenta-se em “[...] conscientious, explicit and judicious use of current best evidence in making decisions about the care of individual patients. The practice of evidence-based medicine means integrating individual clinical expertise with the best available external clinical evidence from systematic research.” (David L. Sackett). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0146000597800134>

52 A respeito desse uso abusivo da noção de “evidência científica”, o médico Antonio Pellegrini Filho (2011), pesquisador na Fundação Osvaldo Cruz, faz um alerta na matéria “Políticas de Combate às Iniquidades em Saúde baseadas em evidências científicas”, de onde foi extraído o trecho citado em epígrafe a este texto. A matéria está disponível em: <http://dssbr.org/site/opinioes/politicas-de-combate-as-iniquidades-em-saude-baseadas-em-evidencias-cientificas/>





pensamento científico, aristotélico, é baseado em evidências”. E, complementarmente, alinha-se à interpretação dos versículos 8:32; 17:17 do Evangelho do apóstolo João<sup>53</sup>, também apresentada naquele discurso: “A ciência é a verdade. E a verdade liberta.”

Essas “interpretações”, por sua vez, funcionam como premissas inquestionavelmente “verdadeiras” da “comprovação” das “evidências científicas”, que fundamentam raciocínios sofismáticos e argumentos falaciosos, como nas afirmações que, em *contraposição* às implícitas na PNA, apresento a seguir, com base nas pesquisas científicas que venho desenvolvendo. O método fônico não é novo na história da alfabetização no Brasil; esse não é o único método “fundamentado em evidências científicas”<sup>54</sup>; sua imposição não é solução para os problemas de ordem política, social, cultural envolvidos na alfabetização e não contempla a complexidade das demais facetas de processo de ensino e aprendizagem; o conceito rudimentar de alfabetização como “ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético” não tem como consequência direta a capacidade de “ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão”; esse conceito rudimentar de alfabetização penaliza alunos de escolas públicas, reforçando as desigualdades sociais.

O objetivo de persuasão se constata, ainda, em táticas de cooptação/manipulação de termos/conceitos-chave, como ocorre com o “estado da arte” apresentado na Conabe como uma espécie de “pregação para convertidos”, na qual se considera *exclusivamente* a produção científica no campo das ciências cognitivas, selecionada, interpretada e reiterada conforme critérios e objetivos de confirmação/reiteração de finalidades previamente definidas pelos autores institucionais da PNA, desconsiderando todas as demais evidências científicas que não se enquadrem no “novo” paradigma, inclusive aquelas que questionam ou relativizam a eficiência e eficácia da método fônico/“instrução fônica” para a alfabetização. Esta é, portanto, a *única* evidência que sustenta o novo paradigma, imposto — sem debate democrático com associações, professores, pesquisadores etc. — como “pensamento único”, dogmático e doutrinário, “consensuado” e legitimado por seletos grupo/rede de sujeitos públicos (autoridades políticas nacionais) e privados (autoridades do setor civil/empresarial da educação) com mediação teórico-prática de especialistas acadêmicos (autoridades científicas) nacionais e internacionais. Integram, assim, lógica fundante do projeto do governo federal cujo objetivo é “destruir tudo o que governos comunistas fizeram” e que está sintetizado no *slogan* de inspiração militar-nacionalista-religiosa utilizado na campanha eleitoral do atual Presidente da República: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”<sup>55</sup>.

53 “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”; “Santifica-os na tua verdade; a tua palavra é a verdade. (João, 8:32; 17:17)

54 A respeito dessa ressalva são relevantes as advertências apresentadas em Gary; Print (2007, p. 24): “[...] embora alguns aspectos do movimento pela prática baseada em evidências devam ser apoiados, outros não devem — na verdade, são oferecidas “falsas promessas perigosas”. Uma questão importante [...] é o fato de que o movimento pela prática baseada em evidências privilegia um determinado tipo de evidência — aquela oriunda de pesquisa (e de um determinado tipo de pesquisa) — contra as de todas as outras fontes, inclusive as experiências pessoais do indivíduo”.

55 Esse *slogan* se inspira no bordão “Brasil acima de todos”, criado no final da década de 1960, pouco depois da decretação do Ato Institucional n. 5, por um grupo de paraquedistas nacionalistas denominado “Centelha Nativista”, cujo objetivo era “[...] ressuscitar os valores de nacionalismo não xenófobo, de amor ao Brasil e de criar meios que reforçassem a identidade nacional e evitasse a fragmentação do povo pela ideologia e exploração de dissensos da sociedade dividindo o povo nos termos da velha luta de classes do marxismo”. Foi utilizado pela Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército, que o Presidente da República integrou em sua trajetória como militar. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/eleicoes-2018/brasil-acima-de-tudo-conheca-a-origem-do-slogan-de-bolsonaro-7r6utek3uk1axzyruk1fj9nas/>.



O paradoxo central da PNA decorre, portanto, não de seu previsível caráter autoritário e antidemocrático, mas de contradições — características da ideologia como “inversão da realidade”, conforme conceito marxiano —, como as destacadas a seguir:

- a ênfase fetichista em evidências, painéis, relatórios e quejandos modelos estrangeiros, aos quais se atribui poder mágico e se presta culto, em nome da cientificidade pretendida e postulada na PNA como evidência cartesiana, ou seja, como “[...] o que se apresenta tão clara e distintamente ao espírito que não haja motivo algum para ser posto em dúvida” (ABBAGNANO, 2007, p. 457) e, simultaneamente, sua denegação, contida nos “evidentes” silenciamentos/ocultações apontados, “convivem”, como “neuromitos”<sup>56</sup>, em ambiente “neuromaníaco” no qual abundam declaradas posturas anti-intelectualistas e anticientíficas do Ministro da Educação e demais autoridades federais, com ofensas violentas e ataques retaliatórios sobretudo a universidades públicas e professores-pesquisadores universitários; e

- infringindo princípios democráticos e constitucionais (a exemplo de outras áreas e direitos humanos e sociais), especialmente os referentes ao “pluralismo de ideias e concepções pedagógicas” e à liberdade de ensinar e aprender, a PNA visa à “*intervenção máxima*” na alfabetização, por meio da imposição autoritária de ações pautadas em princípios do ultraconservadorismo político conjugados com fundamentalismo científico-religioso, *em aparente contradição com os princípios do “Estado mínimo*” pautados pelo neoliberalismo ao qual se alinha (de modo subserviente mentalidade colonizada a países e organismos internacionais) a política econômica do atual governo federal, com objetivo de implementar agenda de privatização dos empresas e serviços públicos, a fim de beneficiar interesses “do mercado”, ou seja, de grupos de empresários, rentistas, banqueiros, principais segmentos da população responsáveis pela eleição do atual Presidente.

Ao caso em análise se aplicam, portanto, reflexões como as que formulo em Mortatti (2008):

[...] pode-se concluir que os autores [da PNA] (e seus replicantes e/ou acólitos na academia e na mídia) apresentam sua proposta como se fosse *a verdade científica revelada* e o fazem por meio de um discurso característico da “retórica de púlpito”, como tal, ideológico, autoritário e pseudocientífico.

Trata-se de um tipo de discurso em que não cabe diálogo, porque nele não se pode tolerar a reversibilidade dos papéis de locutores e interlocutores na interação. Por se pretender não-polêmico, é no domínio exclusivo do locutor, pela “ilusão de reversibilidade” e pela tendência à monossemia que se buscam controlar seus sentidos<sup>57</sup>. Trata-se, assim, de um tipo de discurso que serve a um propósito ideológico, [cujo autor], como um deus ou seu representante, define-se a si mesmo como sujeito que nomeia, mas não admite ser nomeado, se não como repetição dos nomes por ele autorizados. Como tal, trata-se de um tipo de discurso autoritário, que tem sua condição de existência identificada com o pressuposto do desnivelamento fundamental na relação locutor-destinatário: o locutor está no plano espiritual (ou científico, no caso em questão) e, por isso, apresenta-se como infalível, infinito e todo-poderoso; o destinatário está no plano temporal (ou leigo, no caso em questão), e, por isso, é falível, finito e dotado de poder dependente das benesses distribuídas pelo locutor.

56 Utilizo esse termo em sentido crítico, com algumas diferenças em relação ao sentido com que o utilizam e divulgam pesquisadores brasileiros, em tradução de “*neuromith*”, termo cunhado em relatório da OCDE, de 2007, em referência à “tradução” de descobertas científicas em desinformação sobre educação.

57 As considerações contidas neste e nos quatro parágrafos seguintes se baseiam em Orlandi (1987) e Althusser (1974).



Essa assimetria fundamentada no princípio da não-reversibilidade é o móvel para a salvação e a fé, respectivamente, *pela* e *na* ciência identificada com a religião. [...]

Como a linguagem é utilizada para agir sobre os destinatários e neles desencadear determinadas ações práticas, desses destinatários se requer, portanto, apenas disposição para mudar, em direção à salvação, e fé na verdade científica revelada. Deles não se requer que reflitam ou questionem [...]

Trata-se, portanto, de um discurso mobilizador do silêncio obediente, cuja função mais característica não é impedir as pessoas de falar ou agir, mas é sobretudo obrigá-las a dizer e fazer o que não querem ou não poderiam dizer ou fazer, se não com base na fé. (MORTATTI, 2008, p. 107-108)

#### 4. Conjecturas sobre a “politicidade intrínseca” da PNA

Com base nas reflexões apresentadas até aqui, podem ser formuladas algumas respostas conjecturais, complementares entre si e provocativas de muitas outras questões:

- definida pelo Secretário de Alfabetização do MEC como “guinada metodológica” contra a “ideologia na alfabetização”, a mudança de paradigma decretada para a alfabetização no Brasil pode ser interpretada como uma “guinada *ideológica*” para trás e pela direita, em nome da “modernização” e da “democracia”. Esse paradoxo confere ao movimento contemporâneo a característica, não de retorno ao (re)começo de uma sequência de idênticos acontecimentos precedentes, mas de retrocesso histórico e político, postulado com finalidade salvacionista e de modo intencional, programático e autojactante;<sup>58</sup>

- a redução às ciências cognitivas como única e autoritariamente consensuada fundamentação teórica válida para a alfabetização, a sofismática “autonomia e independência” para “seguir o ‘método científico’ das ciências cognitivas”, “outorgada” pelo Secretária da Sealf aos especialistas da Conabe, e a declaração de imparcialidade da PNA, além de infringirem princípios como os da pluralidade de ideias e da relatividade de conceitos científicos, visa à destruição simbólica de extenso corpo de conhecimento sobre alfabetização (e sua complexa multifacetação) construído por pesquisadores brasileiros, especialmente na segunda metade século XX, em diversas áreas e campos de pesquisa, e cujas contribuições são reconhecidas, por exemplo, pelas agências de fomento que os financiam e por qualificados periódicos nacionais e internacionais em que se publicam resultados dessas pesquisas;

- a silenciada/ocultada polarização entre, de um lado, as pretensas pureza e neutralidade do método fônico e, do outro, a mistura eclética e ideologizada de construtivismo, do letramento, e do “método Paulo Freire”, além de denunciar desinformação ou desconhecimento de diferenças e divergências epistemológicas, induz a identificar essa polarização com disputas entre evidências/teorias científicas e sujeitos que as defendem/praticam, especialmente entre pesquisadores brasilei-

58 Em entrevista divulgada em 27/11/2018, logo depois da eleição do atual mandatário da nação, Olavo de Carvalho afirma em relação ao escolhido como Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez: “Ele sabe que sistema de alfabetização adotado no Brasil por força da esquerda vai ter que mudar. O método sócio-construtivista só forma analfabetos e provoca até lesão cerebral. Tem que voltar ao velho método fônico, beabá, como era nos anos 60, 70. Tem que voltar já. Não sei como ele vai fazer isso. Esse é um ponto. Se ele fizer isso, salvou o Brasil.” Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/guru-de-bolsonaro-diz-que-nao-existem-intelectuais-da-esquerda-a-seu-nivel.shtml>.



ros e estrangeiros, muitos deles professores universitários, com resultados de pesquisas financiadas por agência de fomento e reconhecidas em suas respectivas áreas, e nos quais, porém, escudam-se alguns obscuros neófitos e empresários de si e da educação, também autores da PNA;

- essa polarização, que integra a armadilha discursiva da PNA, consiste em apresentar e reiterar evidências e análises “importadas”, segundo as quais a alfabetização se assemelha a um “campo de batalha”<sup>59</sup>, em que ocorrem, por “moto próprio”, periódicos e previsíveis mecanismos de “desequilíbrio-acomodação”, “gerando” reedições de polêmicas em torno, não de sujeitos e as posições que defendem, mas apenas, de métodos de ensino, como conjunto de técnicas e procedimentos mais eficazes para se obterem melhores resultados em avaliações da alfabetização;

- essa “contida” versão institucional/oficial é complementada nos inúmeros depoimentos informais (como entrevistas e postagens em redes sociais) de autoridades do governo federal e de seus prepostos, os especialistas colaboradores/“intelectuais orgânicos”; provavelmente sentindo-se protegidos pelo foro especial por prerrogativa da função, esses sujeitos parecem estar muito à vontade para explicitar, em tom beligerante e manipulador (e, não raramente, em linguagem chula), motivações político-ideológicas, como ilustra (além dos já citados) a afirmação intimidador e impositiva de “pensamento único” em entrevista de uma das especialistas, M. Regina Maluf <sup>60</sup>: “Para alguns, a ‘guerra dos métodos de alfabetização’ já acabou. Fônico ou global? Mas no Brasil ela parece estar apenas começando. [...] Não se trata, portanto, de método único, mas sim de método: um caminho para ensinar a partir do conhecimento do modo como nosso cérebro aprende a ler e conseqüentemente do modo como o ensino pode ser mais eficaz.”<sup>61</sup>

- enfatizando (novamente) a “querela dos métodos” e buscando alçá-la à categoria de “guerra dos métodos” como face mais visível (paradoxalmente ocultada/silenciada) do “problema da alfabetização”, essa armadilha tem função “diversionista” e, ao mesmo tempo, justificadora da suposta necessidade de imposição de mudança, por meio de (con)versão conveniente do passado, produzida sem apresentação de diagnósticos rigorosos das políticas em curso e com base na reiteração tautológica de evidências como provas científicas resultantes de pesquisas estrangeiras (remetendo a mecanismo de transposição cultural, característico de mentalidade “colonial/colonizada”), que, por sua vez, remetem a disputas político-ideológicas nos respectivos países de origem (majoritariamente dos hemisférios Norte e Ocidental, em especial, estadunidenses) e que, obviamente, não se deram da mesma forma e na mesma época no Brasil<sup>62</sup>;

59 Embora a expressão “batalha da alfabetização” não conste exatamente assim nos documentos analisados, utilizo-a aqui tanto no sentido de “batalha” também utilizado pelo Ministro da Educação, por exemplo, no discurso de abertura da Conabe, quanto no sentido com que a professora australiana Ilana Snyders (2008) a emprega para se referir à situação em seu país.

60 Maluf é Doutora em Psicologia pela Université Catholique de Louvain, com Pós-doutorado na University of California – USA e no Institut National de la Recherche Pédagogique, Paris - França. Professora Titular da PUC- São Paulo. Professora aposentada do Instituto de Psicologia da USP. Foi membro da Diretoria e Presidente da Sociedade Interamericana de Psicologia, membro da Diretoria da International Association of Applied Psychology e da Academia Paulista de Psicologia e sua vice-presidente (2015-2019). Tem publicações em coautoria com outros especialistas da PNA e CONABE: Ehri, Cardoso-Martins, Salles e Sargiani (seu orientando de mestrado e doutorado e atualmente supervisionando de pós-doutorado. (Fonte: CV-Lattes)

61 Disponível em: <http://cienciaparaeducacao.org/blog/2019/06/04/guerra-de-metodos/>

62 Deve-se recordar que também a submissão/subserviência a políticas estadunidenses não é novidade na história do



- com base nessa versão desqualificadora do passado em contraposição à versão enaltecida dos “modernos”, “robustos” e “vigorosos” modelos científicos estrangeiros, denunciavam-se os sujeitos (agentes institucionais e privados de políticas públicas do passado recente) responsáveis pelo “desastre” da alfabetização e educação no Brasil, os quais passam a ser considerados “vilões da alfabetização”, inomináveis adversários e inimigos da ordem pública e do progresso nacional, sendo submetidos a julgamento simbólico obscuro (a “portas fechadas”, no MEC, nas audiências “públicas” e no Conabe, com repercussão seletiva em redes sociais e mídia veículos midiáticos), conduzido pelos juízes da equipe presidencial, em especial do MEC, e especialistas colaboradores; nesse julgamento em “*petit comité*”, fundamentado em evidências como provas de verdades científicas e religiosas, os réus são sentenciados, sem direito à defesa pública, à pena de morte simbólica, por meio de reclusão sumária nos porões ou no inferno da história;

- considerando o contexto em que é imposta a PNA, a visível ocultação da “querela dos métodos” pode ser interpretada como ação da estratégia de uma “guerra (santa) dos métodos” ou “cruzada ideológica”<sup>63</sup>, cuja finalidade é eliminar/aniquilar inimigos “heréticos” ou “comunistas”, para defender a fé e restaurar a verdade; como já aponte, essa estratégia se aplica não apenas ao campo da alfabetização, mas integra o projeto do atual governo federal;

- na PNA, não há, portanto, a imparcialidade científica e a neutralidade ideológica de que seus autores tentam nos persuadir, atribuindo-se a condição escolhidos como portadores da “revelação da verdade (científica)” imposta seja como “sagrada escritura científica”, de caráter doutrinário e dogmático, seja como sofisticada mercadoria (“científica”), baseada em irrefutáveis resultados de pesquisas estrangeiras, que agregam valor de troca a outra mais importante mercadoria, a educação, alinhando-a aos ditames de organismos internacionais<sup>64</sup>, aos princípios do neoliberalismo econômico e do ultraconservadorismo político e aos interesses dos “donos do capital”.

As conjecturas formuladas acima suscitam pelo menos mais uma possibilidade interpretativa. Por analogia a “*lawfare*”<sup>65</sup>, a PNA pode ser interpretada como um caso de “*sciencefare*”: uso estratégico de evidências científicas para fins de perseguição política e ideológica. Identificadas (equivoco intencional?) com *provas* da “verdade revelada”, as “evidências científicas” são utilizadas como instrumentos a serviço de táticas de silenciamento/ocultação de motivações *atreladas* a um projeto para o país.

---

Brasil, pois, como se sabe, essas intervenções imperialistas foram decisivas para a deflagração do golpe civil-militar de 1964, justificado pela necessidade de impedir o “avanço do comunismo” no país e na América Latina, de que resultaram mortes, torturas, desaparecimentos e exílio de opositores políticos, cassação de direitos constitucionais por meio de atos institucionais, e para estabelecimento de políticas educacionais alinhadas aos acordos MEC-USAID.

63 Essa expressão foi usada por Nadalim, em recente entrevista a um jornalista.

64 Dentre esses, destaco a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), responsável por avaliações educacionais em larga escala, de que resultam “bônus” ou “ônus” para os países que, como o Brasil, submetem-se a esse monitoramento internacional da educação. Recentemente, o Presidente da República sofreu um revés em relação ao desejo de o Brasil integrar, como membro, essa Organização, pelo que negociara apoio (prometido, mas não concretizado) do Presidente dos EUA...

65 “Lawfare é uma palavra-valise (formada por *law*, ‘lei’, e *warfare*, ‘guerra’; em português, ‘guerra jurídica’) introduzida nos anos 1970 e que originalmente se refere a uma forma de guerra na qual a lei é usada como arma. Basicamente, seria o emprego de manobras jurídico-legais como substituto de força armada, visando alcançar determinados objetivos de política externa ou de segurança nacional.” Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lawfare>.





Relacionadas entre si, essas três possibilidades de sentido configuram a “politicidade intrínseca” da PNA na história da alfabetização no Brasil, que pode ser assim sintetizada: as evidências científicas que fomentam e municiam a querela dos métodos são utilizadas como escudo e armadura para proteção dos cavaleiros/soldados na cruzada ideológica, cuja finalidade é salvar a alfabetização, e são simultaneamente ostentadas como poderosa arma de longo alcance, que, em substituição à força armada, tem a finalidade de aniquilar simbólica e politicamente os inimigos (incluindo a participação pública), que representam ameaça à posse do Estado brasileiro, almejada pelo grupo que atualmente detém o poder político e econômico.

### **Considerações finais, embora inconclusivas**

Não é possível, afirmar se e como este texto contribuirá para o debate sobre a PNA, nem, tampouco, se essa política alcançará os objetivos de seus autores.

Por ora, em relação aos meus objetivos, talvez eu possa apenas afirmar, com certeza provisória, que, ao materializar linguisticamente reflexões possíveis no “calor da hora”, cumpri um dever do ofício de professora universitária e pesquisadora, expondo-me a mais riscos do que os previstos.<sup>66</sup> Mas posso também sentir que encontrei certa “[...] serenidade em meio ao desencadeamento de contradições mais absurdas e sob a pressão das necessidades mais implacáveis”, porque ao menos me esforcei para “[...] pensar ‘historicamente’, dialeticamente, e identificar com sobriedade intelectual a própria tarefa ou uma tarefa bem definida e limitada” (Gramsci [1932], apud PRESTIPINO, 2017, p. 199).

Quanto aos objetivos da PNA, talvez seja possível alimentar algumas expectativas de alvissareira resistência como manifestação de “desobediência civil”<sup>67</sup>, por parte tanto de pesquisadores e gestores progressistas quanto, especialmente, dos alfabetizadores, progressistas ou não. Como se sabe, tematizações e normatizações sobre alfabetização e correspondentes estratégias de persuasão podem ser facilmente inventadas, convincentemente formuladas em documentos oficiais e atraentemente apresentadas em “*Power points*”. Sua eficácia, no entanto, depende de concretização e execução por sujeitos socio-históricos que vivem no “mundo real” da escola pública brasileira e do ensino e aprendizagem da leitura e escrita, constituído de contradições entre tradições operantes, de modo menos ou mais silencioso, que já foram inovações impostas e posteriormente condenadas... Uma importante questão não, portanto, pode ser desconsiderada, como nos ensinam a “Teoria dos jogos”, ou, de forma mais objetiva, a lendária pergunta do jogador brasileiro, Garrincha, após instruções do técnico Feola na preparação para o jogo contra o time da União Soviética, na Copa do Mundo de 1958: “... mas o senhor já combinou tudo isso com os russos?”

---

66 Dentre os riscos ainda não mencionados está o decorrente da impossibilidade de, neste texto, abordar minha posição discordante em relação ao construtivismo e ao letramento, a qual, no entanto, não deve ser identificada com as motivações e os desqualificadores ataques desferidos pelos autores da PNA a esses modelos explicativos, seus autores e suas implicações para a alfabetização.

67 “A desobediência civil pode-se conceituar como a forma particular de resistência ou contraposição, ativa ou passiva do cidadão, à lei ou ato de autoridade, quando ofensivos à ordem constitucional ou aos direitos e garantias fundamentais, objetivando a proteção das prerrogativas inerentes à cidadania”. (GARCIA, 2003, p. 18).





Obviamente, também a historiadores não cabe a função de profetas. A PNA pode representar apenas reedição ou mais um capítulo da querela dos métodos, “para inglês ver” ou para desviar a atenção da célere destruição “democrática e modernizadora” do Estado de Direito; a ameaça de “guerra dos métodos”, e a cruzada ideológica em curso podem vir a se mostrar inglórias e fracassadas; e a *comprovação da ausência de provas* para as desejadas “vitórias sobre a memória” pode vir a denunciar inverdades científicas, obrigando à invalidação de processos de *sciencefare*, à punição de seus agentes e à reparação histórica dos injustamente acusados/punidos. Pode ser, também, que, apesar de todos os esforços de resistência, a PNA cumpra seus objetivos. E, neste caso, talvez se possa imaginar um futuro distópico, em que gerações seguintes nos inquirirão sobre o que fizemos ou deixamos de fazer como responsáveis pelo legado que lhes deixarmos.

Como estarão nas próximas décadas as crianças que hoje passam a ser submetidas ao aprendizado *primeiramente* (ou somente) do sistema alfabético da língua portuguesa, para *depois* (um dia, quem sabe?) estarem habilitados/autorizados a ler e escrever com compreensão, se não tiverem morrido de bala perdida, sede, fome ou vício, se tiverem sobrevivido à destruição do meio ambiente e dos direitos humanos e sociais e aos tantos outros ataques da política neoliberal e ultraconservadora em implementação no país?

Talvez em 2091, algum historiador sobrevivente da “ditadura da idiotia” (MORTATTI, 2007) imposta nestes brechtianos “tempos sombrios”, vindo a encontrar vestígios de registros (como este), que por algum inescrutável acaso tenham escapado da vigilância destruidora do “Ministério da Verdade” e sobrevivido ao descarte nos “buracos da memória”<sup>68</sup>, decida escrever sua versão do sentido da PNA na história da alfabetização no Brasil, e, quiçá inspirado no romance *1984*, de George Orwell, assim inicie sua narrativa: “Era um dia frio e ensolarado de abril...”

---

68 “*Memory holes*”, no original em inglês, é a designação dos orifícios existentes no Ministério da Verdade — onde trabalhava Winston Smith, o protagonista de *1984* —, destinados ao “desembarço de papeis servidos”, ou seja, indesejáveis conforme os objetivos da diuturna tarefa de revisão da memória, pois, naquela realidade distópica: “‘Quem controla o passado’ [...] ‘controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado. E, no entanto, o passado, conquanto de natureza alterável, nunca fora alterado. O que agora era verdade era verdade desde sempre. Era bem simples. Bastava apenas uma série infinda de vitórias sobre a memória’”; “Toda a história era um palimpsesto, raspado e reescrito tantas vezes quantas fosse necessário. Em nenhum caso seria possível, uma vez feita a operação, provar qualquer fraude.” (ORWELL, [1949]/2005, p. 36, 41)



## Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Trad. A. Bosi e I. C. Benedetti. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Trad. J. J. M. Ramos. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1974.
- BAJARD, È. Nova embalagem, mercadoria antiga. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.3, p. 493-507, set./dez. 2006.
- BAKHTIN, M. (Volochninov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BRASIL. **Decreto** nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. 2019a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA: Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019b. 54 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nº 1.460, de 15 de agosto de 2019. Institui a Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências. 2019c.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.461, de 15 de agosto de 2019. (Nomeia os pesquisadores para compor o painel de especialistas da Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências). 2019d.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. **Relatório Final do Grupo de Trabalho Alfabetização Infantil: os novos caminhos**. 1 ed. Brasília: [s.n.], 2003. 83 p. (2. ed. Brasília: [s.n.], 2007. 182 p.)
- BRASLAVSKY, B. **La querella de los métodos en la enseñanza de la lectura** sus fundamentos psicológicos y la renovación actual. Buenos Aires; Editorial Kapeluz, 1962. [Reedição: Gonnet: UNICE: Editorial Universitaria, 2014].
- BRASLAVSKY, B. O método: negação, panaceia ou pedagogia? Trad. A. Fridzman. **Cadernos de Pesquisa**, n. 66, p. 41-48, 1988.
- CALIL, E.; LOPES, A. A.; FELIPETO, C. O sujeito inexistente: reflexões sobre o caráter da consciência fonológica a partir do “Relatório final do grupo de trabalho alfabetização infantil - os novos caminhos”. **Educação e Pesquisa**, v. 32, n. 1, p. 137-155, Abr. 2006.
- COSPITO, G. Hegemonia. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (Orgs.) **Dicionário gramsciano** (1926-1937). Trad. A. M. Chiarini e outros. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 366.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. L. F. A. Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- GARCIA, M. A desobediência civil como defesa da Constituição. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, n. 2, p. 11-28, jul./dez. 2003.
- GARY, T.; PRING, R. **Educação baseada em evidências**: a utilização dos achados científicos para a qualificação da prática pedagógica. Trad. R. C. Costa. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 2: **Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Trad. C. N. Coutinho. 2. Ed. Civilização Brasileira; Rio de Janeiro, 2001.
- LEFEBVRE, H. **Lógica formal. Lógica dialética**. Trad. C. N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MAGNANI, M. R. M. **Os sentidos da alfabetização**: a questão dos métodos e a constituição de um objeto de estudo. Tese (Livre-Docência em Metodologia da Alfabetização). FCT – Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 1997.



- MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo - 1876/1994. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000.
- MORTATTI, M. R. L. **Educação e letramento**. São Paulo: Editora UNESP, 2004
- MORTATTI, M. R. L. História dos métodos de alfabetização no Brasil. *In*: **Seminário Alfabetização e Letramento em Debate**. Brasília-DF: MEC/SEB, 2006. p. 1-14.
- MORTATTI, M. R. L. Letrar é preciso, alfabetizar não basta... mais?. *In*: SHOLZE, L.; ROSLING, T. (Org.). **Teorias e práticas de letramento**. Brasília/DF: Inep; Passo Fundo: Editora da UFPF, 2007, p. 155-168.
- MORTATTI, M. R. L. A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate. **Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa** (USP), v. 3, n. 5, p. 91-114, 2008.
- MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p. 329-341, ago. 2010.
- MORTATTI, M. R. L. Um balanço crítico da “Década da Alfabetização” no Brasil. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 33, n. 89, p. 15-34, Abr. 2013.
- MORTATTI, M. R. L. O texto na sala de aula: uma revolução conceitual na história do ensino de língua e literatura no Brasil. *In*: SILVA, L. L. M.; FERREIRA, N. S. A.; MORTATTI, M. R. L. (Orgs.). **O texto na sala de aula**: um clássico sobre ensino de língua portuguesa. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 5-28.
- MORTATTI, M. R. L. O ‘discurso fundador’ de Smolka: alfabetização e produção de conhecimento como processos discursivos. *In*: GOULART, C.; GONTIJO, C. M. M.; FERREIRA, N. S. A. (Org.). **A alfabetização como processo discursivo - 30 anos de ‘A criança na fase inicial da escrita’**. São Paulo: Cortez, 2017, p. 179-202.
- MORTATTI, M. R. L. **Métodos de alfabetização no Brasil**: uma história concisa. São Paulo: Ed. UNESP, 2019.
- MORTATTI, M. R. L.; OLIVEIRA, F. R.; PASQUIM, F. R. 50 anos de produção acadêmica brasileira sobre alfabetização: avanços, contradições e desafios. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v.5, n.13, p. 06-31, 2014.
- ORLANDI, E. P. O discurso religioso. *In*: \_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. rev. e aum. Campinas: Pontes, 1987. p. 239-262.
- ORWELL, G. **1984**. Trad. W. Veloso. 29. ed. São Paulo: Nacional, 2005. [Original em Inglês - 1949]
- PRESTIPINO, G. Dialética. *In*: LIGUORI, G.; VOZA, P. (Org.) **Dicionário gramsciano** (1926-1937). Trad. A. M. Chiarini e outros. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 197-200.
- SILVA, M. V. **História da alfabetização no Brasil**: sentidos e sujeitos da escolarização. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- SNYDER, I. **The literacy wars**: why teaching children to read and write is a battleground in Australia. Crows Nest: Allen & Anwin, 2008.
- SOARES, M. As muitas facetas da alfabetização. **Cadernos de Pesquisa**, n.52, p.19-24, 1985.
- SOARES, M. B. **Letramento**: um tema em três gêneros. São Paulo: Contexto, 1988.
- SOARES, M. B. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.

Recebido em: 30/08/2019

Aceito em: 18/11/2019